



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação

**Inclusão de informações jornalísticas no Banco de Notícias (Bnot) da
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal**

Micáilovitch André Ferreira
Gustavo de Almeida Batista

Brasília
2011

Micáilovitch André Ferreira
Gustavo de Almeida Batista

**Inclusão de informações jornalísticas no Banco de Notícias da
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal**

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação como requisito
parcial à conclusão do curso de
Biblioteconomia da Universidade de
Brasília.

Orientadora: Prof^a Dra. Dulce Maria
Baptista

Brasília
2011

DEDICATÓRIA

A Deus, pelo dom da vida
e por nos auxiliar nos caminhos da vida.

Aos nosso pais, Valmir e Nalva;
Francisco e Dalvina,
pelo apoio, incentivo e por sempre acreditar em nosso potencial.

A nossa orientadora e amiga professora Dulce Maria Baptista,
que mesmo nos momentos mais difíceis se manteve firme e acreditou na
realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários da biblioteca do Senado Federal, do Serviço de Processamento de Jornais (Sejor) e principalmente a Lisane Gesteira e Fátima Costa.

A Universidade de Brasília, a Faculdade de Ciência da Informação, aos professores e amigos da UnB.

RESUMO

Apresenta um estudo das ferramentas e demonstra um exemplo de inclusão de notícia de jornal no Banco de Notícias (Bnot) da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal. Para tanto expõe uma revisão de literatura abordando um panorama sobre assuntos pertinentes, tais como: o jornalismo, principalmente a mídia jornal; a hemeroteca, unidade de informação que faz o tratamento: seleção, indexação, catalogação e disseminação da informação jornalística; a importância desse tipo de informação às atividades desenvolvidas no âmbito do Senado Federal; e por fim apresenta a biblioteca do Senado Federal e seu Serviço de Processamento de Jornais (Sejor). Por meio do estudo de caso foi possível constatar que, apesar das adversidades, principalmente, falta de suporte técnico por parte do Prodasen, o Bnot poderia ser considerado, especialmente se alcançasse mais notoriedade, uma importante ferramenta na disponibilização da informação jornalística, pois este banco já encontra-se disponível em meios acessíveis como a intranet e a Biblioteca Digital.

Palavras-chave: Informação jornalística. Banco de Notícias – Bnot. Jornal. Hemeroteca. Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Senado Federal.

ABSTRACT

This assignment presents a study of tools and it shows an example of inclusion of the newspaper report in the *Banco de Notícias* (Bnot) of the *Acadêmico Luiz Viana Filho* library in the *Senado Federal*. For this purpose, it exposes a literature review which deals with an overview about relevant issues, such as journalism, mainly the newspaper media; newspaper library, information units makes the treatment: selection, indexing, cataloging and dissemination of journalistic information; the importance of such information to the activities developed by Senado; and finally presents the library of the Senado and *Serviço de Processamento de Jornais* (Sejor). Through the case study was possible to notice that, in spite of adversity, especially, a lack of technical support by *Prodasen*, the *Bnot* could be considered, especially if reach more notoriety, an important tool in the provision of journalistic information, because this digital data bank is already is available and accessible as the intranet and the website of the *Biblioteca Digital*.

Keywords: Journalistic information. Banco de Notícias (Bnot). Newspaper. Newspaper Library. Academico Luiz Viana Filho Library. Senado Federal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura organizacional da Subsecretaria de Processamentos Técnicos de Informações Bibliográficas.....	38
Figura 2: Fluxograma de seleção, preparação e registro de matérias.....	48
Figura 3: Janela do Bnot aberta por meio do endereço da intranet	49
Figura 4: Campos para a pesquisa de registros incluídos no Banco.....	50
Figura 5: <i>Layout</i> da página de catalogação do Bnot	51
Figura 6: Página A11 do caderno <i>Poder</i> do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	52
Figura 7: Exemplo de preenchimento dos campos com uma notícia	53
Figura 8: Exemplo de preenchimento dos campos da guia complemento	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2 – Código de Catalogação Anglo-Americano

ALEPH – Automated Library Expandable Program

ANJ – Associação Nacional de Jornais

Bnot – Banco de Notícias

BDSF – Biblioteca Digital do Senado Federal

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

CDU – Classificação Decimal Universal

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

MARC – Machine Readable Cataloging Format

Sejor – Serviço de Processamento de Jornais

Prodasen – Processamento de Dados do Senado Federal

SABI – Subsistema de Administração de Bibliotecas

Seart – Serviço de Processamento de Artigos de Revistas

SEATCN – Serviço de Apoio Técnico

Sebid – Serviço de Biblioteca Digital

Secrev – Serviço de Processamento de Coleções E Revistas

Sedeco – Serviço de Desenvolvimento de Coleções

SEEMP – Serviço de Empréstimo e Devolução de Material Bibliográfico

Seliv – Serviço de Processamento de Livros

SEMACO – Serviço de Manutenção e Conservação do Acervo

Semult – Serviço de Multimeios

SEPESP – Serviço de Pesquisa Parlamentar

SSDSL – Subsecretaria de Serviços Legislativos

SSPES – Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas

SERIF – Serviço de Recuperação de Informações

USMARC – Machine-Readable Cataloging

VCB – Vocabulário Controlado Básico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 JUSTIFICATIVA.....	11
3 OBJETIVOS.....	12
3.1 Objetivo geral.....	12
3.2 Objetivos específicos.....	12
4 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
4.1 Jornalismo.....	13
4.2 Jornal.....	18
4.3 Hemeroteca.....	24
4.4 Senado Federal.....	27
4.5 Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.....	32
4.5.1 Acervo e coleções.....	33
4.5.2 Setores, produtos e serviços da biblioteca.....	36
4.5.3 Serviço de Jornais.....	41
5 METODOLOGIA.....	45
5.1 Tipo de pesquisa.....	45
5.2 Objeto da pesquisa.....	45
5.3 Coleta de dados.....	45
6 ESTUDO DE CASO: DESCRIÇÃO E COMENTÁRIOS.....	46
7 CONCLUSÃO.....	59
8 REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Não há dúvidas que a informação alcançou na atualidade um valor sem precedentes. Para o simples cumprimento de atividades cotidianas, para o exercício profissional, para o desempenho de atividades industriais, ou ações que envolvam processo de pesquisa e ensino-aprendizado, fazemos uso de informações dos mais variados tipos.

Em meio a essa gama de tipos de informações podem ser ressaltadas as informações jornalísticas que cumprem uma importante função social: exercer o papel de divulgadora dos fatos que ocorrem diariamente no mundo e que de outra maneira poderiam não alcançar o conhecimento popular; e função histórica: registrar os acontecimentos de uma determinada época.

Dentro deste contexto procurou-se estudar e apresentar uma ferramenta utilizada para tratamento e disseminação desse tipo de informação: o Banco de Notícias (Bnot), que é uma base de dados contendo informações jornalísticas retiradas de cinco dos principais jornais do Brasil (*Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, o Globo e Valor Econômico*), e que se encontra disponível na intranet do Senado Federal e na internet por meio da Biblioteca Digital, acessível pelo site da biblioteca do Senado Federal.

Também é mostrada a importância: do jornalismo e de suas mídias; a evolução histórica e tecnológica do jornal; as unidades de informação que lidam com esse veículo de comunicação, as hemerotecas e suas formas de tratamento e disseminação da informação periódica, principalmente dos jornais; e do uso desse tipo de informação para as atividades desenvolvidas no âmbito do Senado Federal.

Finalmente é apresentada na forma de estudo de caso uma análise das ferramentas do Bnot e um exemplo de inclusão de uma informação retirada de um jornal.

2 JUSTIFICATIVA

A proposta de analisar as ferramentas e a inclusão no Banco de Notícias (Bnot) se justifica por este ser um serviço que organiza e disponibiliza informações de grande relevância: a informação jornalística de cinco dos principais jornais do Brasil (*Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, o Globo e Valor Econômico*).

O Bnot destaca-se também por ser uma ferramenta singular entre as hemerotecas nacionais, pois foi desenvolvido especificamente para o tratamento de informações provenientes de jornal. Este pode servir como incentivador para o desenvolvimento de plataformas similares em outras bibliotecas que lidam com este tipo de informação.

A informação jornalística também representa uma importante fonte de informação para o Senado Federal, tanto por sua característica histórica quanto noticiosa (por exemplo, repercussão pública de um projeto de lei), ou ainda por essa apresentar informações de especialistas das mais diversas áreas que poderão nortear a elaboração de estudos mais aprofundados, afinal a atividade legislativa de modo geral lida com os mais variados temas que possam ser de interesse público.

Por fim, a elaboração do trabalho justifica-se pelo fato dos autores terem conhecimento prévio do objeto de estudo deste trabalho, ou seja, participaram das atividades de inclusão de notícias no Bnot, enquanto estagiários da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Estudar a inclusão de informações jornalísticas no Banco de Notícias (Bnot) da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal.

3.2 Específicos

- Apresentar um panorama sobre assuntos pertinentes ao tema jornais e sua relação com o Senado Federal;
- Descrever outras formas de processamento e armazenamento de informações jornalísticas em meio físico disponível na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho;
- Apresentar as funcionalidades da ferramenta utilizada para inclusão informações jornalística pelo Serviço de Jornais (Sejor) da Biblioteca do Senado Federal
- Identificar pontos positivos e dificuldades inerentes a este processo.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Jornalismo

Não há uma concepção unânime sobre a história do jornalismo ou um consenso sobre a sua criação. No entanto, Sousa (2008) assegura que a origem do fenômeno jornalístico pode ser explicada a partir de três grandes opiniões: duas sócio-culturais e uma técnica. A primeira opinião do grupo sócio-cultural afirma existir jornalismo desde a Antiguidade, pois nesse período já era possível encontrar troca de informações atuais de forma organizada. A segunda discorda da anterior, e diz que o fenômeno jornalístico é característico da Modernidade, impulsionado pelo surgimento da tipografia e pela periodicidade da imprensa na Europa, embora admita ser posterior às folhas noticiosas volantes manuscritas e impressas surgidas entre a Baixa Idade Média e o Renascimento.

Por outro lado, a opinião técnica esclarece o surgimento de tal fenômeno no século XIX devido ao advento de dispositivos técnicos, como as impressoras e rotativas; telégrafos; máquinas fotográficas que auxiliaram na massificação das notícias, transmissão à distância e aquisição mecânica de imagens, respectivamente.

Não existe prevalência de ideia entre as três opiniões citadas acima e embora tratem do início do jornalismo este trabalho pretende dar maior enfoque na primeira ideia, visto que tem-se o objetivo apenas de fazer um breve relato sobre o desenvolvimento do jornalismo.

Assumiremos que, essencialmente, o jornalismo é uma exposição de fatos e ideias da vida do ser humano, elaborada pela necessidade de transmitir a outrem tais experiências.

Como afirma Sousa:

O jornalismo é uma representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias. Assim, pode dizer-se que o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente, assegura a imortalidade) (SOUSA, 2008, p.3).

É possível dizer que o nascimento do jornalismo está ligado ao da historiografia. Fazendo uma analogia de maneira genérica, a historiografia e o jornalismo possuem suas raízes comuns no período em que fazer história era, basicamente, escrever uma espécie de crônica, ou síntese, dos acontecimentos notáveis, para arquivos ou memórias

futuras.

Foi a escrita que realmente permitiu ao ser humano um grande salto evolutivo, jamais visto. A pré-história converteu-se em história no momento em que a escrita substituiu a oralidade da memória dos povos na Mesopotâmia, cerca de 3500 anos a. C. A espécie humana conseguiu dominar o mundo e aumentar sua população de forma exponencial devido ao surgimento dessa nova forma de transmissão de dados por meio externo, que permitiu também o aparecimento do jornalismo atual (SOUSA, 2008).

4.1.2 Funções do jornalismo

A literatura enumera muitas funções para o jornalismo. Sua importância vai muito além de narrar fatos. Atribui-se a ele, entre outras, a função de expressão de opinião, de promoção, de controle sobre a atividade política, na influência da publicidade sobre a economia, etc. O jornalismo deve cumprir o papel de informar a sociedade, com imparcialidade, os acontecimentos diários, para que cada um possa exercer sua cidadania de maneira plena e consciente.

Uma das formas de um indivíduo poder interferir na sociedade é por meio da apropriação de informações do cotidiano e que permite que amplie sua visão global. Os pressupostos morais e éticos da atividade jornalística se configuram como uma das características mais importante da vida pública, por isso devem se submeter a mecanismos de controle social da informação e não à lógica do Estado ou do interesse privado, ou aos critérios pessoais. (DALMASO, 2002).

Ao se pensar em um Estado democrático de direito, onde o povo exerce sua vontade e soberania através do voto, é de grande importância que haja a fiscalização dos governantes eleitos; o jornalismo, uma forma de comunicação em sociedade muitas vezes vem cumprir essa missão de informar à sociedade fatos que seriam de difícil acesso ao cidadão comum.

Nesse sentido Sousa (2005) lembra que a principal função do jornalismo, nos estados democráticos de direito, é a de manter um sistema de vigilância e de controle dos poderes. Esta vigilância é exercida por meio da difusão pública de informação.

Apesar da importância no papel de fiscalizador do Estado é notório que o jornalismo ainda possui outras funções na sociedade. Sousa (2005) salienta que o jornalismo não está unicamente relacionando com a vigilância dos agentes de poder. Ele deve ser comunicação útil. Informar, jornalisticamente falando, também significa noticiar sobre todos os acontecimentos, questões úteis e problemáticas socialmente

relevantes, estejam ou não relacionados com a ação dos agentes de poder.

Por estar em situação de fácil acesso a todo tipo de informação, a imprensa possui a obrigação de passá-las a sociedade da maneira mais imparcial possível

A imprensa, que desfruta de uma posição privilegiada sob o nosso governo, tem a obrigação de ser responsável, perante a sociedade, pelo cumprimento das funções essenciais da comunicação de massa na sociedade contemporânea.

Foram postuladas seis funções:

1. Servir ao sistema político, fazendo com que, em geral, a informação e a consideração dos assuntos públicos sejam acessíveis;
2. Informar ao público para que este possa adotar uma ação autodeterminada;
3. Proteger os direitos do indivíduo como vigilante do governo;
4. Servir ao sistema econômico – por exemplo, unindo compradores e vendedores através da publicidade;
5. Proporcionar entretenimento (que significa somente “bom” entretenimento, seja ele qual for);
6. Preservar sua autonomia financeira, para não vir a depender de interesses e influências especiais.. (SIEBERT *et al.* *Apud* KUNCZIK 2001, p.76).

4.1.2 Mídias e veículos de imprensa

O Jornalismo pode ser praticado em diversos tipos de mídias: jornais, televisão, rádio e revistas, e o mais recente deles, o jornalismo na Internet. Cada tipo de mídia necessita de um suporte específico, seja ele: papel, som, celuloide ou vídeo, por radiodifusão ou teledifusão eletrônicas. Cada tipo de mídia tem um público alvo diferente. Goulart (2006) salienta que “se a recepção muda, também existem peculiaridades na produção e emissão dos conteúdos: isso inclui a pauta, linguagem, apresentação visual, inclui todo o processo de circulação da informação até chegar ao destinatário. Mas os critérios de apuração jornalística são os mesmos”.

- Televisão

O jornalismo praticado na televisão recebe o nome de telejornalismo. Os telejornais podem ter segundos ou horas de duração e noticiam os mais variados temas.

O texto jornalístico utilizado no telejornalismo costuma ser mais curto, objetivo e com um vocabulário menos formal que o texto utilizado no jornalismo impresso. A comunicação com o telespectador deve ser imediata, com frases curtas para favorecer o entendimento.

A televisão ocupa o lugar mais importante como veículo de comunicação no Brasil. Alguns fatores como a má distribuição de renda e o baixo nível educacional

fazem da televisão a mídia ideal para a comunicação com as grandes massas. Há um grande número de pessoas que não tem o hábito de ler jornais, que ainda são excluídas digitalmente ou que não possuem o vocabulário rico o bastante para compreender algumas notícias apenas com a informação obtida pelo áudio. É nesse ponto que a televisão ganha a simpatia do público, pois consegue aliar a informação sonora com a visual.

Para muitas pessoas a televisão é o principal ou único meio de acesso aos acontecimentos no mundo.

- Rádio

O rádio-jornalismo possui como principal característica a velocidade na transmissão e a simplicidade em produzir as notícias. Como não requer muitos recursos técnicos, um fato jornalístico pode ir ao ar logo depois de ter-se iniciado e manter-se atualizado ao longo dos acontecimentos. Chantler (1998) lembra que o rádio é passível de ser operado por apenas uma pessoa, com um gravador e um telefone. Não é necessário câmeras, luzes ou produtores assistentes.

- Revistas

Dentre as principais características das revistas tem-se a variedade: existem revistas com notícias jornalísticas sobre diversos assuntos, para cada tipo de leitor existe uma revista especializada; visão de mercado: ao escrever para um público selecionado, o jornalista de revista pode apresentar um produto que terá boa aceitação em um mercado específico; imagem: o leitor é atraído com apelo visual, com o bom uso do fotojornalismo. Uma matéria bem redigida e a utilização adequada das imagens são os fundamentos de uma revista.

Goulart (2006) lembra que é comum a afirmação de que a revista é mais profunda que o jornal e menos profunda que o livro, porque conhece seu leitor. Por ter uma periodicidade menor que um jornal, uma revista pode apresentar determinada notícia de maneira mais elaborada, apurando fatos com maior precisão.

- Jornalismo online

O jornalismo praticado na internet recebe o nome de jornalismo online. No início este tipo de jornalismo se resumia a simples disponibilização digital do conteúdo impresso. Com o desenvolvimento das estruturas técnicas da internet o jornalismo online passa a dialogar com o leitor, fazendo com que este participe na produção da notícia. Este tipo de jornalismo é diferenciado do impresso pelo dinamismo que

transforma o leitor comum em um leitor atuante, participante da produção da notícia, tendo a oportunidade de escolher o conteúdo a ser exibido.

4.2 Jornal

Dentre os tipos de informações que consumimos destaca-se aquela que nos mantém informado sobre os acontecimentos importantes do nosso país e do mundo, a notícia, que nada mais é que informações que serão convertidas em texto (pelo jornalista), dignas de serem divulgada por meio de publicação em quaisquer dos tipos de mídia, e que se caracterizam como um fato natural, social, político, econômico, cultural que possa ter relevância e valor àqueles que não tiveram acesso, ou mesmo àqueles que tiveram acesso àquela informação, mas querem acrescentar seus conhecimentos a respeito de tal fato. (EL PAIS, 200-?)

4.2.1 Definição

Ainda hoje uma das principais mídias divulgadoras de notícias - ou uma das mais relevantes fontes de informação - no mundo é o jornal, que é definido como um espaço físico (ou virtual) onde são publicadas as notícias intermediadas pela escrita do jornalista, que tem como função imediata tornar textos noticiosos passíveis de serem conhecidos pelas pessoas (de modo geral um público totalmente heterogêneo e com os mais diversos interesses), que não estão presentes e nem estão propensos a conhecer todos os acontecimentos da atualidade e/ ou passados. (EL PAIS, 200-?)

A respeito de seus significados a palavra jornal vem do latim *diurnale* (diário), e que no espanhol (*periódico*) traz a ideia de algo constante e frequente. Nas línguas anglo-saxônicas, expressa a noção de coisa nova (*newspaper*). Já no francês (*journeaux*) e no italiano (*giornale*), expressam uma ideia de narração do cotidiano. Para Teixeira (2005, p. 67) “Parece automático atribuir aos jornais esse caráter de novidade periódica diária”.

4.2.2 Surgimento e desenvolvimento do jornal pelo mundo

Os registros que evidenciam a preocupação sempre presente nas sociedades em noticiar fatos relevantes e/ ou de interesse às demandas gerais e específicas remontam um passado remoto da nossa civilização. Há fontes que mostram que em Roma, por volta do ano 59 a.C., surgiu o primeiro “jornal” conhecido. O *Acta Diurna* foi criado para que, a mando de Júlio César, fossem informados ao público os acontecimentos importantes da vida social e política daquele povo. Eram afixadas em lugares públicos populares e redigidas em grandes placas brancas. No oriente há registros que apontam que no século VII em Pequim, na China, surgiram em forma de boletins manuscritos, os

primeiros jornais chineses (ANJ, 200-?).

Em meados do século XV, Johannes Gutenberg revoluciona a maneira como as informações eram registradas ao inventar a prensa de tipos gráficos móveis e imprimindo a sua celebre Bíblia, em Mogúncia na Alemanha. A invenção da imprensa, por Gutenberg constitui um dos acontecimentos mais importantes do período de transição entre Idade Média e Moderna. Esta inovação facilitou a troca de ideias, possibilitou uma maior propagação do conhecimento e contribuiu de forma decisiva ao movimento renascentista. Mesmo com essa promissora invenção, os jornais que surgiram, a partir de então, só começaram a se propagar em grandes proporções somente um século e meio depois. As razões para esse intervalo foram os altos custos na produção, o mercado de leitores restrito, a regulação do clero e da aristocracia. (TEIXEIRA, 2005).

Ao final do século XVI e na primeira metade do século XVII, surgiram os primeiros jornais como publicações periódicas e frequentes, decorrentes da primeira entrada de capital na esfera produtiva. Foi na Europa ocidental que surgiram estes primeiros jornais modernos: o alemão *Avisa Relation oder Zeitung*, publicado em 1609, o belga *Nieuwe Tijdingen*, publicado em 1616 (para o autor Rubim citado por Teixeira, a data desta publicação é de 1605), o francês *Gazette*, de 1631 e o inglês (para o autor Lage citado por Teixeira o primeiro jornal inglês é o *Current of General News*, de 1621) *London Gazette*, de 1665 (que continua a ser publicado como diário oficial do Judiciário). As notícias divulgadas nesses jornais tratavam sobre a Europa, dificilmente cobriam notícias nacionais e alguns casos incluíam matérias da América ou da Ásia. Na segunda metade do século XVII, os jornais passaram a abordar temas mais locais. Contudo, os jornais da época não publicavam conteúdos que pudessem provocar o povo a uma postura de oposição. A censura a esta mídia nesse período era tida com algo natural. (ANJ, 200-?)

A possibilidade de manifestação de ideias foi (e ainda é) uma das grandes contribuições da imprensa como agente de mudança. O papel decisivo dos jornais foi notório como instrumento das revoluções do século XVIII, pois o uso de jornais e folhetos foi intenso neste período, estando estes entre um dos principais veículos de divulgação das ideias do Iluminismo que posteriormente embasaram as Revoluções Francesa e Norte-Americana, que estabeleceram os alicerces políticos e culturais para a ascensão da burguesia; e a Revolução Industrial, que lançou os alicerces econômicos da modernidade (TEIXEIRA, 2005).

No século XIX ocorrem grandes mudanças que alteraram o desempenho da atividade jornalística: o surgimento de novas fontes de energia, o vapor, e mais tarde a eletricidade. Outras técnicas e tecnologias foram incorporadas ao cotidiano dos jornais, “como a fotografia, em 1822, o telégrafo em 1844, a eletrogravação e aperfeiçoamento da fotografia, em 1845, e o telefone, em 1876” (TEIXEIRA, 2005, p. 71). Outra grande mudança para o jornal nesse período foi sua transformação em ‘empresa jornalística’, em decorrência do capitalismo emergente. As principais características dessa transformação foram a estipulação de preços para assinantes e a busca por anunciantes para custear as despesas do jornal. As publicações começaram a se aproximar do formato dos jornais atuais, que apresentam temas tratados por especialistas, matérias de interesse comum e folhetins. Como consequência dessas mudanças, o jornal se tornou o mais importante meio de recebimento e disseminação de informações (ANJ, 200-?). Também nesse século, favorecidas pelo custo elevado de utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, surgiram as agências de notícias, responsáveis pelo repasse de informação selecionadas por estas aos jornais. Logo, ao passo que os jornais têm os leitores como público-alvo, as agências têm os jornais como público alvo (TEIXEIRA, 2005).

Nos anos 20 do século passado surgiu o rádio, uma mídia que abalou a ideia consolidada do jornal enquanto fonte primeira de informação. Foi preciso que o jornal se reinventasse e adquirisse novas formas de apresentação de seu conteúdo, valendo-se de aumento do conteúdo das matérias para que fornecessem maior profundidade e abrangência. Posteriormente, outra invenção ameaçou tirar do jornal seu prestígio, a televisão. Mas apesar da consolidação desta como uma das principais formas de divulgação de notícias, ainda hoje o jornal subsiste e permanece como fonte fidedigna de informação para a sociedade e, mais uma vez, é posto a prova novamente com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e principalmente a internet (ANJ, 200-?).

4.2.3 Brasil e o desenvolvimento do jornal

Assim como outros fatos da história do Brasil (se comparado a outros países), o surgimento da imprensa nacional foi tardio, somente no século XIX. Outros jornais na América, por exemplo, são datados do início do século XVIII (ANJ, 200-?).

A Impressão Régia do Rio de Janeiro se instala no Brasil após a chegada da Corte portuguesa, em 1808, fugida do assedio das tropas napoleônicas. Nesse mesmo

ano é publicado, no mês de setembro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico bissemanário (primeiramente semanário) elaborado e fiscalizado por representantes da Coroa Portuguesa no Brasil e que não oferecia a possibilidade de difusão da imprensa no país (ANJ, 200-?).

Surgiu também nesse período a primeira publicação periódica isenta de censura e em língua portuguesa, o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, e publicado mensalmente. Apesar de impressa em Londres, era uma publicação de oposição ao governo português e estava voltada ao Brasil. Devida as características dessas duas publicações não é sabido qual seria o primeiro periódico brasileiro legítimo (ANJ, 200-?).

Uma das contribuições da imprensa e, portanto dos jornais, ao processo de Independência foi a possibilidade de divulgação de ideias monarquistas, e até, republicanas e liberais (TEIXIERA, 2005) Por volta de 1821, a despeito das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram no Brasil a partir da vinda da família real, a imprensa experimentou certa flexibilização por parte da Corte portuguesa. Surgiu então com a independência, uma imprensa mais política e alinhada às políticas do momento. Esses acontecimentos deram espaço para aparecimento do primeiro jornal totalmente privado, o *Conciliador do Reino Unido*, de José da Silva Lisboa (ANJ, 200-?).

No ano de 1824, no primeiro reinado, D. Pedro I outorga a primeira constituição brasileira e regulamenta a liberdade de imprensa. Entretanto o texto era limitado e vago quanto a esta matéria, o que permitia aos governos impor limitações e punições (ANJ, 200-?).

No período regencial (1831-1840) os jornais veicularam muitas opiniões de jornalistas que se tornaram notórios personagens históricos, e que sustentavam ideias contrárias ao governo, o que em muitos, custou-lhes a própria vida. Alguns destes se tornaram notórios personagens históricos, como Cipriano José Barata de Almeida com o primeiro jornal republicano, o *Sentinela da Liberdade*; Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo (conhecido também como Frei Caneca), foi editor do *Typhis Pernambucano*, defendia a liberdade de imprensa e desaprovava o sistema escravista; Líbero Badaró, considerado o primeiro jornalista a ser morto pelo que redigia, foi editor do *Observatório Constitucional* e acreditava que a imprensa, além de ser livre, devia também expressar uma postura crítica contra o autoritarismo no império. (ANJ, 200-?).

No reinado de D. Pedro II, a imprensa experimentou um período de liberdade sem

precedentes em outros países. Os jornais nesta época publicavam críticas ferrenhas ao governo e a pessoa do monarca, mas não foram reprimidas por conta disso, pois esse soberano não tolerava a censura.

Na segunda metade do século XIX os jornais começaram a se desenvolver. Os principais títulos deixaram o formato pequeno, típico de seus surgimentos, e passaram a utilizar uma estruturação mais moderna. Também iniciaram a ocupação de prédios próprios para abrigá-los. Uma grande inovação desse período foi a introdução do telégrafo elétrico, em 1852, que permitiu aos jornais das grandes cidades receberem informações sobre os fatos mais importantes no mesmo dia em que aconteciam. No final desse século, os jornais foram palco de intensas discussões das maiores lideranças intelectuais e políticas da época, que debatiam ideias conflitantes, como monarquia contra república e escravidão contra abolicionismo. (ANJ, 200-?). Foi também nesse período que o jornalismo se associava com a literatura, muitos dos personagens principais dessa época foram revelados por meio dos jornais, como Machado de Assis, José de Alencar, Joaquim Manoel Macedo dentre outros (TEIXEIRA, 2005).

Na chamada República Velha (1889-1930) os jornais enfrentaram, no início desta época, um novo período violento e de grandes restrições, principalmente aqueles que ainda manifestavam ideias monarquistas; também na era republicana há relatos de uso de recursos públicos subornar jornais e jornalistas. Ainda na era republicana, a imprensa saiu da fase artesanal e evoluiu para a industrial. Os jornais começaram a manifestaram-se na temática operária e voltada à imigração (ANJ, 200-?). Na última década do século XIX surgiram os jornais como empresa, o primeiro deles foi o *Jornal do Brasil*, de 1891 e o *Estado de S. Paulo*, de 1895. A partir da segunda década do século XX apareceram os jornais *Folha da Noite*, *Folha da Manhã*, *Folha de S. Paulo* e, posteriormente, os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand (TEIXEIRA, 2005). A primeira mídia a colocar em xeque a hegemonia do jornal como fonte primeira de informação, chegou no Brasil no ano de 1923, o rádio, uma fonte barata de informação. No entanto o jornais tiveram uma nova evolução nesta época, a introdução da máquina de escrever na redação dos jornais (ANJ, 200-?).

A imprensa manteve-se alinhada com facções de combatentes na Revolução de 1932. E a partir do estabelecimento do Estado Novo, em 1937, a liberdade de imprensa foi enormemente restringida e com base na Constituição desse mesmo ano. Esta Carta Magna transformava a imprensa em um serviço público e conseqüentemente a tornava passível de controle pelo Estado. No governo de Getúlio Vargas, em 1939, foi criado o

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha por finalidade promover propagandas populistas do governo. Também foi responsável por censurar a produção dos jornais e tinha uma polícia que servia para vigiar as atividades profissionais nos jornais (ANJ, 200-?).

O ano de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, marca o fim de um período de autoritarismo e de intervalo democrático (1945-1964). No entanto, a despeito da democracia republicana, este não foi um período tranquilo (ANJ, 200-?). Em 1951 (ano posterior à volta de Vargas, eleito por voto direto) houve, por meio do *Diário Carioca*, a primeira ação no sentido de padronização do jornal. Datado deste mesmo ano, o vespertino *Última Hora*, de Samuel Weiner (grande divulgador das ideias getulistas) inovou ao criar os editoriais ou cadernos. Por sua aproximação com o governo, Weiner foi duramente criticado pelo jornalista carioca Carlos Lacerda, diretor do *Tribuna da Imprensa* e um dos maiores opositores de Vargas. É provável que por seus ataques ferrenhos ao governo Lacerda tenha sido alvo de um atentado com autoria atribuída a um assessor de Getúlio Vargas, e terminou por ocasionar a morte do major da Aeronáutica, Gregório Fortunato e, posteriormente, contribuiu para as causas que levaram Vargas ao suicídio.

Os eventos ocorridos no início da década de 1960, como a renúncia de Jânio Quadros e sua substituição pelo vice João Goulart contribuíram para fazer da política o tema central do jornalismo político na imprensa nacional. No mandato de Juscelino Kubitschek são acelerados os processos de urbanização e industrialização. O país gozava de um dos momentos mais propícios à liberdade de imprensa. Ainda durante esse período chega ao Brasil a televisão, mais um desafio para o jornal; e o rádio detém elevada audiência, no entanto o jornal ainda estava consolidado o principal meio de comunicação (ANJ, 200-?).

4.3 Hemeroteca

Tendo mostrado a importância do jornal e da informação jornalística para o cidadão e para toda sociedade, são apresentadas a seguir algumas disposições a respeito das hemerotecas, que são responsáveis pela seleção, aquisição, processamento técnico, disponibilização e disseminação dessa importante fonte de informação.

4.3.1 Definição

A palavra hemeroteca tem sua origem no grego *heméra*, que significa “dia” e *théke*, “coleção” ou “depósito” (BUONOCORE, 1976 *apud* MEDEIROS; MELO; NASCIMENTO, 2008).

De acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, hemeroteca é um “lugar de guarda, custódia e conservação de jornais e outras publicações periódicas” e/ ou uma “coleção de publicações periódicas” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 185).

A partir dessas definições pode se dizer que hemeroteca é um acervo organizado e sistematizado de publicações periódicas, jornais e revistas, existentes na íntegra, na forma de recortes de matérias, ou ainda, como uma base de dados informatizada que pretendam facilitar o processo de busca e recuperação da informação.

4.3.2 Características e funções

Em seus diferenciados cotidianos, as hemerotecas apresentam estruturas diversas, entretanto podem ser percebidas, entre elas, características semelhantes. Quanto ao tratamento de recortes, é comum sua organização ser realizada por assuntos e títulos e também sua disposição de armazenagem. Quanto a função, destina-se à preservação e conservação, processamento e disponibilização de informações que são publicadas nas diversas fontes periódicas sobre um assunto determinado (OLIVEIRA, 2005) de acordo com a política dessa unidade de informação. Quanto ao benefício desse acervo, podem ser destacados que estes contêm “informações atualizadas, sucintas e de baixo custo de conservação”. (FERNANDES; FERREIRA JUNIOR, 200-?, p.1). O resgate de informação junto à hemeroteca permite também a recuperação da informação enquanto registros históricos, permitindo que o pesquisador possa estabelecer um relacionamento entre passado e presente, por meio da busca das origens de fatos e da reflexão sobre suas consequências para que possa realizar projeções, com bases históricas, sobre o futuro (FARIA, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2005).

4.3.3 Processamento técnico

O tratamento da informação das coleções de recortes de publicações periódicas representa, pelas suas peculiaridades, um uma série de desafios para os profissionais que tratam desse tipo de documento (VERSIANI; COELHO, 2000). Desde a preservação e conservação desse tipo frágil de suporte até as estratégias gerenciais que devem garantir que essa rica fonte de informação seja de interesse ao público alvo da unidade de informação que mantém esse acervo.

Como dito anteriormente as hemerotecas apresentam estruturas diversificadas entre si. Cada qual apresenta diferentes formas de procedimento no tratamento de seus documentos. No entanto, para a garantia de um sistema de recuperação de informação periódica eficiente é necessário, no processo organizacional que se faça uso das técnicas de linguagens documentárias, pois estas permitem agregação de valor e qualidade a esse tipo de informação organizada, além de propiciar ao usuário maior precisão na busca e recuperação de informações. Um exemplo comum de uso destas técnicas em hemerotecas que tratam de recortes é a indexação por assuntos, tanto na atribuição de termos mais gerais, quanto específicos (MEDEIROS; MELO; NASCIMENTO, 2008). Também há hemerotecas ordenam seu acervo de recortes de jornais por meio da Classificação Decimal Universal (CDU) (VERSIANI; COELHO, 2000).

De modo geral, em hemerotecas que lidam com materiais impressos, o arranjo de seu acervo é realizado por atribuição de assunto ou títulos, e a armazenagem desses documentos é feita “em pastas suspensas ou em caixas arquivo, podendo também passar por uma encadernação” (OLIVEIRA, 2005 *apud* MEDEIROS; MELO; NASCIMENTO, 2008, p.8). Em hemerotecas desse tipo é necessário um grande espaço disponível, esse requisito por tornar inviável a sua existência em determinadas instituições (MEDEIROS; MELO; NASCIMENTO, 2008).

4.3.4 Hemeroteca digital

Uma hemeroteca digital é caracterizada por um sistema que possibilita o armazenamento, o manuseio e exposição de informações de recorte de jornais e revistas (MEDEIROS; MELO; NASCIMENTO, 2008).

Entre o conceito de hemeroteca e hemeroteca digital não há grande disparidade. O que as diferencia é a forma de armazenamento, ou seja, a mudança do meio tradicional, físico, para o digital. A hemeroteca digital tem a finalidade de ser um local

virtual que possibilite o acesso a qualquer hora e lugar e, de maneira simultânea por mais de um usuário e não uma base estática que somente reúne uma determinada quantidade de textos de recortes de periódicos.

4.3.4.1 Preservação e conservação

Quanto ao tratamento do suporte utilizado nas hemerotecas, é sabido que sob condições inapropriadas de acondicionamento e manuseio inadequado, o papel (principalmente aqueles utilizados pelas publicações periódicas) sofre muito desgaste, pois é um material frágil e que se deteriora facilmente, e que só pode ser consultado por uma pessoa por vez (SAMPAIO, 200-?).

Uma das alternativas das hemerotecas para preservação e conservação de seus acervos recortes de jornais e revistas é a digitalização, que resolve o problema do espaço físico para o armazenamento e possibilita o acesso às informações (MEDEIROS; MELO; NASCIMENTO, 2008). a qualquer tempo, em qualquer lugar e por usuários simultâneos. Esse processo também permite maior vida útil ao recorte.

Já a microfilmagem é uma técnica de baixo custo que utiliza a miniaturização de um documento, pois consiste na captação de imagens deste documento por meio de processo fotográfico em tamanho bastante reduzido. Esta técnica é caracterizada por ser um importante procedimento que garante a preservação e conservação de documentos de acervos periódicos, além de ser altamente segura (VERSIANI; COELHO, 2000).

Nas hemerotecas digitais mais robustas (como a da Biblioteca do Senado Federal) é possível verificar a utilização de grandes sistemas de gerenciamento bibliográfico como o *Automated Library Expandable Program* (ALEPH), que faz uso do formato *Machine Readable Cataloging Format (MARC) 21*, recurso que permite armazenagem das informações periódicas de forma hierarquizada e seqüencial (OLIVEIRA, 2005). Quanto à catalogação no formato MARC para publicação seriada, que pode ser definida como:

“recurso contínuo que, utilizando qualquer tipo de suporte, é editado em partes sucessivas, usualmente com designações numéricas e/ou cronológicas, e destinadas a ser continuado indefinidamente. Neste grupo estão incluídos os periódicos, publicações correntes, como diários, jornais, revistas, diários eletrônicos (...) (RIBEIRO, 2009, p. 12-5)

A AACR2 traz um capítulo que trata dos recursos contínuos, que “são recursos bibliográficos editados sem tempo marcado ou predeterminado para a sua conclusão” (RIBEIRO, 2009).

4.4 Senado Federal

Para esse estudo será feita uma breve exposição sobre o Senado Federal, sua composição e atribuições. Será abordada também a relação do senador com a imprensa, como ele participa e qual seu interesse na produção das notícias. Será explanado, ainda, o processo legislativo e a necessidade de informação, como o Senado lida com essa necessidade, a participação da informação jornalística no processo legislativo.

O Congresso Nacional é uma instituição política que exerce o Poder Legislativo. É composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e auxiliado pelo Tribunal de Contas da União. As principais atividades dos congressistas relacionam-se às funções de legislação e fiscalização dos outros poderes.

4.4.1 Senado Federal

É o órgão político representante da Federação; por isso, há o mesmo número de representantes para cada um dos 26 Estados e o Distrito Federal, totalizando 81 senadores, eleitos pelo povo por voto direto para um mandato de oito anos. A cada quatro anos elegem-se, alternadamente, um e dois senadores. Possui funções legislativas, fiscalizadoras, autorizativas, julgadoras, aprovadoras de autoridades entre outras citadas pela Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 52 define o que compete ao Senado Federal:

Processar e julgar, nos crimes de responsabilidade: Presidente da República, Vice Presidente, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Membros do Conselho de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União e, nos crimes conexos ao Presidente e Vice, Ministros de Estado, Comandantes das Forças Armadas.

Aprovar a nomeação de autoridades indicadas pelo Presidente da República: Ministros de Tribunais Superiores, Ministros do Tribunal de Contas, Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil, Procurador-Geral da República, Chefes de Missão Diplomática e outros cargos que a lei determinar.

Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios

Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal

Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno

Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal

Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato

Elaborar seu regimento interno

Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias

Eleger membros do Conselho da República

Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

4.4.2 Senado x Imprensa

Como instituição que atua prioritariamente fazendo leis, o que rege, realmente, o modo como o Senado lida com a imprensa é a necessidade que o parlamentar tem de fazer seu discurso chegar até o público, de divulgar seu trabalho. Nesse contexto, a imprensa trabalhará conduzindo as ideias e projetos de cada parlamentar até o seu eleitorado.

Araújo lembra ainda que “uma lei ou um decreto que não são explicados, podem ser rejeitados por aqueles aos quais se destinam. Toda autoridade política deve, portanto, apoiar-se na comunicação se quiser que as decisões sejam aceitas e que, em consequência, seu poder seja reconhecido”. (ARAÚJO 2006, p.4)

Para Miguel (2001) a mediação do discurso político está diretamente ligada ao aumento da relevância política dos meios de comunicação. O acesso do público a determinado discurso fica condicionado a sua disponibilidade na mídia.

Ele diz ainda que a necessidade de obter a atenção dos meios de comunicação faz com que os acontecimentos políticos tendam a assumir a forma daquilo que Daniel Boorstin (*apud* Miguel 2001, p.43) chamou de “pseudo-eventos”, isto é, eventos *planejados* para se tornarem notícia. Isto leva à adequação das estratégias políticas aos critérios midiáticos, notadamente à personalização dos movimentos coletivos e à preferência por ações “espetaculares”, em detrimento do trabalho a longo prazo. A configuração do discurso político também é atingida; sob o predomínio das novas mídias, ele se torna mais imagético, mais fragmentário, mais intimista e mais difuso, complementa Miguel (2001).

E finaliza dizendo que

Nas sociedades contemporâneas, a capacidade de disseminação de representações da realidade social está concentrada na mídia. Do conjunto inesgotável de eventos, banais ou extraordinários, que ocorrem todos os dias, o jornalismo elege um pequeno número que transforma em notícia e aos quais concede ampla circulação. Fora do seu círculo direto de relações pessoais e profissionais, o cidadão comum só possui acesso aos eventos que passaram por este filtro; e, sobre tais eventos, tem acesso apenas aos aspectos que foram considerados dignos de veiculação. Fica claro, portanto, que o impacto político dos conteúdos que os meios de comunicação difundem não pode ser ignorado. (MIGUEL, 2001, p. 44)

Rodrigues (1997) lembra que a cobertura jornalística do Congresso é atípica, com peculiaridades que a distinguem da cobertura de qualquer outra instituição do Brasil. Como diz o cientista político Timothy Cook – em relação ao Congresso americano, mas que pode descrever também o brasileiro -, ela é “cheia de paradoxos” (COOK *apud* RODRIGUES 1997, p. 42). As diferenças vão desde o número de jornalistas que cobrem o Congresso e das formas de cobertura até a relação entre jornalistas e parlamentares. A forma com que acontece esta cobertura é o que define a relação entre imprensa e Congresso. (RODRIGUES 1997).

Para Lombardo Jorge a notoriedade do Congresso Nacional e dos congressistas está ligada à importância dada pelos jornalistas à atividade legislativa e parlamentar. Pode-se separar a visão em duas perspectivas: fonte (político ou a própria instituição) e leitor. Para a primeira, quanto maior for a visibilidade dada pela imprensa maior será a oportunidade para divulgar seu nome e trabalho. Já para a segunda, quanto maior a cobertura, maior será o volume de dados e informações disponíveis para formular sua própria opinião sobre os políticos ou a instituição. Para dar maior visibilidade, a mídia atribui destaque aos fatos, assuntos ou temas nos quais a instituição ou os políticos estão envolvidos (JORGE 2003, p.67).

Portanto, fica claro que a imprensa se relaciona com a classe política de maneira singular. O político faz uso da imprensa para divulgar seus projetos e a imprensa usa o relacionamento próximo aos políticos para publicar novas notícias e, principalmente, influenciar no estabelecimento da realidade política.

Vladmir Araújo traz uma boa explicação de tal relacionamento em seu texto:

Como explica Charron (1994) “a imprensa informa os dirigentes, fornece a estes as pulsações da opinião e lhes permite a comunicação com os públicos, tanto no interior como no exterior dos aparelhos políticos ou governamentais. Mas, além disso, a mídia contribui para a definição da realidade política e para o estabelecimento da ordem do dia nos assuntos de interesse público. Projetando a luz sobre os problemas, publicisando as exigências, estimulando os debates, despertando as consciências, os médias afetam as escolhas das autoridades políticas e sua capacidade de controlar os acontecimentos. (CHARRON *apud* ARAUJO 2006, p.4)

4.4.3 Senado x Necessidade de informação

Considerando que o processo legislativo é atividade finalística do Senado Federal, vejamos os tramites necessários para a elaboração de uma lei:

Segundo Passos (2002) O processo legislativo tem sete fases sequenciais:

- a) Iniciativa;
- b) Discussão;
- c) Votação;
- d) Aprovação;
- e) Sansão ou veto;
- f) Promulgação;
- g) Publicação.

Iniciado, como um projeto de lei, o processo em uma das casas legislativas, passará por uma análise técnica, material e formal feita pelas comissões competentes da Casa. Se aprovado pela comissão, o projeto vai a votação no plenário, se rejeitado, é arquivado; se aprovado pelo plenário é encaminhado para a Casa revisora. O próximo passo é encaminhar o projeto para a sanção ou veto do Presidente da República e sua posterior promulgação. Finalizando, a lei deve ser publicada, condição essencial para o início de sua vigência.

4.4.3.1 Consultoria Legislativa

Passos afirma que a

Consultoria Legislativa assume papel vital no processo legislativo, no desenvolvimento das ações dos senadores e a tramitação das matérias. Suas

atribuições consistem basicamente em prestar consultoria e assessoramento à Mesa Diretora, às Comissões e aos senadores no desempenho de suas funções; preparação e minutas de proposições legislativas e de pronunciamentos (PASSOS, 2002 p.197).

O Serviço de Apoio Técnico (SEATCN) é o órgão responsável por fornecer as informações necessárias ao desenvolvimento dos estudos dos Consultores Legislativos. Segundo Passos (2002) sua criação é explicada pela descentralização dos órgãos que lidam com a informação dentro do Senado. Uma mesma pesquisa pode envolver livros/periódicos, legislação nacional e estrangeira e jurisprudência. O Serviço de Apoio Técnico é o elo que une cada elemento nessa cadeia de informações. Normalmente, o SEATCN atende a solicitações de informação jurídica; legislativa; econômica, estatística, bibliográfica e biográfica. (PASSOS, 2002).

Faz-se necessário a utilização dos mais modernos conceitos de cooperação e compartilhamento de informações e recursos para atender o massivo número de requerimentos dos consultores e a enorme quantidade de informações disponíveis nos vários tipos de suportes. A natureza do trabalho da Consultoria Legislativa requer informações atualizadas que nem sempre estão disponíveis nos meios tradicionais, e com a ausência desse recurso, outros órgãos da Casa dão suporte nos trabalhos de pesquisa, sendo que as secretarias de Informação, de Arquivo, de Biblioteca e as Comissões são os órgãos com o maior número de solicitações de pesquisa, além da colaboração de órgãos externos à Casa.

Passos (2002, p.198) lembra que “nesse sentido, os sistemas tecnológicos modernos vêm proporcionando facilidades cada vez maiores de acesso à informação. Nessa área, os maiores exemplos são as bases de dados – quer sejam as residentes no Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen)”, como por exemplo o Bnot, ou as externas – o correio eletrônico e a Internet.

4.5 Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal¹

A Biblioteca do Senado Federal foi criada em 18 de maio de 1826. À época, o Senado Federal chamava-se "Câmara dos Senadores do Império do Brasil" e a biblioteca, "Livraria do Senado". A iniciativa de criar a Biblioteca partiu do Barão de Cairú, membro da Comissão de Legislação, que demonstrou ao primeiro Presidente do Senado Federal, Visconde de Santo Amaro, a necessidade de aquisição de publicações para auxiliar os senadores nos trabalhos legislativos. A Biblioteca foi instalada em uma das salas do pavimento superior do sobrado próximo ao antigo Palácio Conde dos Arcos, situado no Campo de Sant'Anna, no Rio de Janeiro. Mudou-se diversas vezes de local dentro do mesmo prédio. Em 1884, o acervo foi novamente transferido, dessa vez para um edifício recém-construído. Em 1898, por determinação do Presidente do Senado Federal Manoel Victorino Pereira a biblioteca passou a funcionar em um novo salão, o que ocasionou aumento no número de visitantes. Naquele mesmo ano, foi publicado o primeiro Catálogo da Biblioteca do Senado, elaborado sob a direção de R. Vila-Lobos, funcionário da Biblioteca Nacional, requisitado para essa finalidade. A Biblioteca permaneceu naquele local até a transferência do Senado Federal para o Palácio Monroe, em 1924. Com a mudança da capital da República, em 1960, a Biblioteca foi transferida, em 1961, para o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Em 1968, na Presidência do Senador Gilberto Marinho, foi reconhecido no Senado Federal o direito de apenas os bacharéis em biblioteconomia exercerem a chefia da Biblioteca, direito que havia sido outorgado pela Lei 4.084, de 30 de junho de 1962. Foi nomeada então a bibliotecária Adélia Leite Coelho para o cargo.

A partir de 1972, a Biblioteca do Senado Federal, em parceria com o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen iniciou a automação do seu acervo, originando a Rede Sabi, uma das primeiras redes brasileiras de bibliotecas. No mesmo ano, foi criada a Secretaria de Documentação e Informação, objetivando o tratamento das informações legislativas e bibliográficas. A Secretaria era composta das Subsecretarias de Biblioteca, Arquivo, Anais, Edições Técnicas e Análise. Esta última era antes a Seção de Referência Legislativa da Biblioteca.

No ano de 1979, sob a presidência do Senador Luiz Viana Filho, as instalações da Biblioteca foram ampliadas e melhoradas, passando a denominar-se "Biblioteca

¹ As informações do tópico "Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal" foram retiradas do site da biblioteca <http://www.senado.gov.br/biblioteca/> e de documentos internos não formalizados.

Acadêmico Luiz Viana Filho". Em 1986, por solicitação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, a Biblioteca do Senado Federal assumiu a responsabilidade pela edição regular da Bibliografia Brasileira de Direito. Publicada inicialmente em papel, teve a sua primeira versão em CD-ROM, em 1996. Atualmente, está disponível apenas na versão virtual.

Em 12 de março de 1997, foi lançada a página da Biblioteca na Internet, disponibilizando o seu catálogo geral, incluindo livros, revistas, recortes de jornais e obras raras. Em abril de 1999, a biblioteca passou a ocupar uma área de 3250 m², com salas privativas para senadores e consultores, assessores e diretores; auditório com capacidade para 60 pessoas, além de outras melhorias. Em 1999, a Comissão Diretora, sob a Presidência do Senador Antônio Carlos Magalhães, aprovou a aquisição e a implantação de um novo sistema de gerenciamento automatizado de informações para a Biblioteca do Senado Federal, substituindo o antigo sistema SABI, desenvolvido pelo Prodasen em 1972.

Em dezembro de 2000, foi instalada a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI com uma plataforma de gerenciamento de informações, utilizando um novo sistema que adotava o formato bibliográfico internacional, usado pelas maiores bibliotecas do mundo.

A partir de 2001, a Biblioteca passou a disponibilizar no seu sítio eletrônico, a Coleção Virtual da Biblioteca, baseada em projetos já utilizados em bibliotecas parlamentares de outros países, oferecendo o texto completo digitalizado de várias obras de domínio público, litogravuras da Coleção de Obras Raras e o acesso a diversas bases de dados de assuntos relacionados aos interesses do Senado Federal.

Em 2007, foi criada a Biblioteca Digital do Senado Federal - BDSF, com a função de armazenar, preservar, divulgar e possibilitar o acesso ao texto integral das publicações do Senado Federal à produção intelectual dos servidores da Casa e a outros documentos de interesse do Poder Legislativo. A Biblioteca do Senado Federal gerencia a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI.

4.5.1 Acervo e Coleções

Atualmente a Biblioteca do Senado Federal dispõe de um acervo multidisciplinar, tendo em vista que, como biblioteca parlamentar, a informação tem a finalidade de subsidiar os trabalhos parlamentares, com a profundidade e a atualidade necessárias em razão da diversidade dos assuntos discutidos no Congresso Nacional.

Com essas características em vista, o acervo pode ser dividido em duas partes, segundo a relevância dos assuntos: Núcleo Básico, que reúne os assuntos prioritários para o processo legislativo (Direito, Ciência Política e Administração) compreendendo 60% do acervo, e o Núcleo complementar, que inclui todas as demais áreas de conhecimento, para fundamentar a elaboração das leis e dos discursos parlamentares, bem como os assuntos afetos às áreas de interesse das comissões permanentes do Senado Federal e às atividades técnicas e administrativas da Casa.

A descrição física e de conteúdo dos documentos incluídos nas bases de dados bibliográficas da Biblioteca seguem padrões internacionais tais como: Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e o formato bibliográfico Catalogação Legível por Computador Marc 21.

4.5.1.1 Coleção de Livros

O acervo da Biblioteca do Senado Federal atualmente é composto por, aproximadamente, 169 mil volumes de livros, dos quais 12 mil são obras de referência (dicionários, enciclopédias, glossários etc.) e, ainda, 23 mil folhetos (obras com até 48 páginas). Esses números são dinâmicos com variações de um ano para outro, mas o crescimento médio da coleção de livros é de cinco mil volumes ao ano.

4.5.1.2 Obras Raras e Especiais

O valioso acervo raro da Biblioteca do Senado Federal é composto por 7.548 volumes, entre livros e periódicos, que se encontram armazenados em sala cofre climatizada, em condições de temperatura e umidade apropriadas para sua perfeita conservação. O acervo contém obras com mais de 300 anos, sendo a mais antiga *Novvs Orbis, seu, Descriptionis Indiae Occidentalis*, de Johannes de Laet, datada de 1633. Trata-se de uma descrição geográfica, científica, etnológica e lingüística da América, além de relatos e desenhos dos animais e plantas da região, com especial destaque para o Brasil.

A Coleção Especial é formada por 557 publicações que se diferenciam do restante do acervo, por serem de grandes dimensões, folhas avulsas, desenhos e gravuras valiosas ou publicações com ilustrações de artistas famosos. Livros confeccionados por processos artesanais, não convencionais para os dias de hoje, também são considerados especiais, para integrar essa coleção. Essas qualidades, afinal, fazem desses exemplares verdadeiros objetos de arte. Também estão nesse grupo, obras

consagradas, de exemplar único ou tiragem limitada e numerada, que ainda não são consideradas raras, mas que merecem uma preservação e armazenamento especial. *Hiléia Amazônica*, de Gastão Cruls, é um belíssimo exemplo de obra com essas características que apresenta 48 pranchas de aquarelas coloridas que retratam a fauna, flora, etnografia e arqueologia da Amazônia.

4.5.1.3 Coleção Luiz Viana Filho

Senador pela Bahia, Presidente do Senado Federal no período de 1979-1980, jornalista, acadêmico, e patrono da Biblioteca do Senado Federal, Luiz Viana Filho foi também um grande bibliófilo, colecionador de livros raros, preciosidades da Literatura e da História universais e brasileiras. Após sua morte, em 1997, sua coleção de 11.749 volumes foi adquirida pelo Senado Federal e incorporada ao acervo da Biblioteca.

A coleção de Luiz Viana Filho inclui primeiras edições de obras nacionais de autores consagrados como Machado de Assis, Eça de Queiroz, José de Alencar, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Graciliano Ramos. Destaca-se na coleção o manuscrito, de próprio punho do autor, dos versos de *O casamento do diabo*, de Machado de Assis, que depois foi publicado anonimamente na revista *Semana Ilustrada*, em 29 de março de 1863.

4.5.1.4 Coleção de Multimeios

Além de livros, outras mídias que contêm texto, som e imagem estão disponíveis na coleção de multimeios, formada por 9.400 itens de CD-ROM, CDs de áudio, disquetes, DVDs, mapas, microfichas, microfilmes, fitas cassetes, fitas de vídeo, slides, entre outros. São encontrados, dentre eles, 4.132 microfilmes que incluem 103 títulos dos principais jornais editados no país a partir de 1810 e relatórios ministeriais e presidenciais da época do Império e da Primeira República.

4.5.1.5 Coleção Braille

A coleção em Braille, linguagem especial para deficientes visuais, iniciada em 2005, possui 108 volumes, editados, em sua maioria, pelo Senado Federal. Entre eles destacam-se o Novo Testamento da Bíblia Sagrada, a Constituição do Brasil de 1988 sem as emendas constitucionais, constituições estaduais e leis orgânicas de capitais brasileiras.

4.5.1.6 Coleção de Revistas

A coleção de revistas impressas, nacionais e estrangeiras, com aproximadamente 176 mil fascículos, uma das maiores da Biblioteca do Senado Federal, engloba, também, anuários, boletins, almanaques, com um crescimento médio anual de 7.000 mil fascículos. As revistas correntes, interrompidas ou extintas totalizam 5.900 títulos.

Desse total, aproximadamente 580 títulos de revistas têm seus artigos indexados pelas bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional - RVBI, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal. É uma atividade que vem sendo desenvolvida desde 1972 e representa um diferencial da RVBI. A aquisição de bases de dados estrangeiras pela biblioteca do Senado Federal redirecionou a indexação de artigos de revistas, passando-se a dar mais prioridade aos títulos nacionais.

4.5.1.7 Coleção de Jornais e de Recortes

A Coleção de Jornais da Biblioteca do Senado Federal é formada pelos seguintes jornais brasileiros: *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Tribuna da Imprensa*, *O Dia*, *Valor Econômico*. Mais informações serão acrescentadas adiante.

4.5.2 Setores, produtos e serviços da biblioteca

Conforme o artigo 121 do Regimento administrativo do Senado Federal compete a Diretoria-Geral do Senado Federal realizar a integração administrativa do Senado, com apoio dos demais órgãos da estrutura geral, dirigir e controlar a política da administração. A Secretaria de Biblioteca integra o rol desses órgãos, cabendo a ela fornecer suporte informacional aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Senado Federal, planejar, coordenar e controlar as atividades de informação vinculadas ao acervo e gerenciar a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso nacional – RVBI (Reg. Adm art.256)

São órgãos da secretaria de Biblioteca:

4.5.2.1 Gabinete

Tem como função providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; atualizar a agenda; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão; promover a conservação das instalações físicas da Secretaria;

controlar e conservar os bens patrimoniais; elaborar o planejamento e o orçamento do órgão; e executar outras atividades correlatas.

4.5.2.2 Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI;

Coordena o trabalho cooperativo de 14 (quatorze) bibliotecas de instituições públicas sediadas em Brasília-DF, com o objetivo principal de manter a integridade das informações da base bibliográfica e das bases de dados administrativos. Dentre suas atribuições constam: padronização das informações bibliográficas; estudos de novos descritores e autorias padronizadas; emissão de relatórios para as bibliotecas da Rede, bem como a manutenção das tabelas internas do software utilizado pela Rede. Compete-lhe, também, a coordenação de cursos e treinamentos dos bibliotecários e profissionais das bibliotecas da RVBI e a elaboração, emissão e publicação de bibliografias especializadas.

4.5.2.3 Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas (SSPES).

Tem por competência coordenar as atividades de pesquisa parlamentar, recuperação de informações bibliográficas, circulação, manutenção e conservação do acervo; definir a política de atendimento aos usuários; orientar e auxiliar os usuários na utilização dos recursos informacionais da Biblioteca; participar na definição da política de aquisição e descarte do acervo da Biblioteca; colaborar na edição de bibliografias e outros produtos de interesse do Senado Federal; colaborar no controle da linguagem documentária utilizada na Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI; colaborar nas exposições sediadas na Biblioteca e em outros eventos; realizar visitas orientadas às dependências da Biblioteca; supervisionar os trabalhos reprográficos vinculados ao acervo da Biblioteca; e executar outras tarefas correlatas.

É composta pelos seguintes Serviços:

- Serviço de Pesquisa Parlamentar (SEPESP), responsável pelo atendimento aos Senadores, Consultores, Diretores e Comissões do Senado Federal;
- Serviço de Recuperação de Informações Bibliográficas (SERINF), responsável pelo atendimento aos servidores do Senado Federal, bibliotecas externas e usuários externos, e pela realização de pesquisas em respostas às solicitações provenientes de correio eletrônico e demais correspondências;
- Serviço de Empréstimo e Devolução de Material Bibliográfico (SEEMP), responsável pelos empréstimos, devoluções, reservas, renovações de material

bibliográfico, cadastramento de usuários na Biblioteca e cobrança de livros com devolução em atraso;

- Serviço de Manutenção e Conservação do Acervo (SEMACO), responsável pela conservação, manutenção e armazenamentos dos diversos acervos da Biblioteca do Senado Federal.

4.5.2.4 Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas (SSPTEC);

Tem como competências coordenar as atividades de desenvolvimento de coleções, de processamento de livros, de jornais, de artigos de revistas, de coleções de revistas e do acervo digital; definir a política de processamento técnico do acervo; colaborar nas exposições sediadas na Biblioteca e em outros eventos; e executar outras tarefas correlatas.

Na estrutura administrativa da SSPTEC, o tratamento técnico de cada tipo de material bibliográfico que compõe o acervo da Biblioteca do Senado passou a ser feito por Serviços específicos, segundo a seguinte estrutura administrativa:



Figura 1: Estrutura organizacional da Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas.

Fonte: Documentos internos não publicados

- O Serviço de Desenvolvimento de Coleções – (Sedeco)

Tem como principal atividade selecionar e promover a aquisição de material bibliográfico – livros e periódicos – com o fim de manter o acervo da Biblioteca do Senado Federal sempre atualizado.

A seleção de livros, periódicos e bases de dados é realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Política de Seleção e Descarte da Secretaria de Biblioteca, a partir das seguintes fontes: livrarias virtuais, catálogos de editoras, suplementos literários de jornais e visitas às livrarias locais. Destacam-se, ainda, as sugestões indicadas por usuários e funcionários da Secretaria de Biblioteca (SBIB), publicações doadas espontaneamente ou solicitadas pela equipe do Serviço de Desenvolvimento de Coleções (Sedeco).

Cabe ainda à Sedeco definir e aplicar as políticas de seleção, aquisição e descarte do acervo; gerir os processos de aquisição e descarte do acervo; registrar e pré-catalogar as novas aquisições; definir e aplicar a metodologia de estudo da coleção, bem como a política de intercâmbio de publicações, em âmbito nacional e internacional; coordenar o inventário de livros, folhetos e mapas; e executar outras atividades correlatas.

- Serviço de Processamento de Livros (Seliv)

Tem como atribuições: catalogar, classificar e indexar os livros, folhetos e mapas; alimentar as bases de dados bibliográficos e administrativos de livros, folhetos e mapas; realizar a catalogação na fonte de obras a serem publicadas pelo Senado Federal; preparar o material para o uso; colaborar na edição de bibliografias e outros produtos de interesse do Senado Federal; colaborar no controle da linguagem documentária utilizada pela RVBI; e executar outras atividades correlatas.

- Serviço de Processamento de Artigos de Revistas (Seart);

Tem como competência catalogar, classificar e indexar os artigos de periódicos; alimentar a base de dados bibliográficos e administrativos de artigos de periódicos; avaliar, selecionar e controlar os títulos de periódicos a serem indexados; colaborar na edição de bibliografias e outros produtos de interesse do Senado Federal; colaborar no controle da linguagem documentária utilizada pela RVBI; e executar outras atividades correlatas.

- Serviço de Processamento de Coleções de Revistas (Secrev)

Tem por atribuição registrar e controlar o recebimento dos fascículos dos periódicos e efetuar a cobrança dos títulos em atraso; colaborar na atualização do cadastro de fornecedores; alimentar a base de dados bibliográficos e administrativos de periódicos; controlar a distribuição de periódicos adquiridos para as unidades do Senado Federal; acompanhar os processos de aquisição de periódicos; coordenar o inventário de periódicos; participar na definição da política de aquisição e descarte do acervo; e executar outras atividades correlatas.

- Serviço de Biblioteca Digital (Sebid)

Responsável por planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das tarefas para manutenção da Biblioteca Digital do Senado Federal - BDSF; orientar e auxiliar os usuários na recuperação da informação na Biblioteca Digital; manter controle da utilização da Biblioteca Digital; catalogar e alimentar os itens dos recursos eletrônicos adquiridos pela biblioteca; manter o controle de senhas para acesso aos recursos eletrônicos; e executar outras tarefas correlatas.

4.5.3 Serviço de Jornais

4.5.3.1 Serviço de Processamento de Jornais (Sejor)

Ao Serviço de Processamento de Jornais (Sejor) compete registrar e controlar o recebimento das coleções de jornais; catalogar, classificar e indexar os artigos de jornais; alimentar a base de dados bibliográficos e administrativos de jornais; preparar o material para o uso; colaborar na edição de publicações e outros produtos de interesse do Senado Federal; colaborar no controle da linguagem documentária utilizada pela RVBI; orientar e auxiliar os usuários na utilização da coleção de jornais; e executar outras atividades correlatas.

Além das coleções completas dos jornais, o Serviço de Jornais mantém uma coleção de recortes de jornais, armazenados em pastas suspensas organizadas por assunto.

As matérias constantes dos referidos jornais são lidas diariamente e selecionadas para formação das pastas de recortes e para indexação, segundo os seguintes critérios:

Para recortes de jornais: o destaque que a imprensa dá ao assunto e sua possível repercussão junto ao Congresso. Procura-se incluir o máximo de assuntos, classificando-os conforme as listas de assunto e nominal (cerca de 6.000 itens). Não são incluídas cartas, colunas sociais, classificados e colunas de esportes. Excepcionalmente são selecionadas as pequenas notas que contenham informações sobre os senadores.

Indexação: são selecionados artigos assinados por senadores e articulistas, artigos de direito do Caderno Direito & Justiça do Correio Braziliense, matérias de cronologia histórica e grandes matérias de cobertura sobre assuntos de repercussão nacional.

O Serviço de Jornais é também responsável pelo desenvolvimento e implantação do projeto Banco de Notícias – Bnot, constituído por uma base de dados de recortes eletrônicos dos principais jornais brasileiros.

- Recursos Humanos

Atualmente o Sejor tem em seu quadro de profissionais:

- ✓ Duas bibliotecárias
- ✓ Uma servidora
- ✓ Quatro funcionários terceirizados
- ✓ Três estagiários

- Acervo

A Biblioteca do Senado Federal seleciona e indexa artigos de jornais desde 1974. Atualmente, a coleção compõe-se de cerca de 72 mil exemplares de jornais e mais de 3 milhões de recortes, selecionados de 12 jornais brasileiros: *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Gazeta Mercantil*, *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília e Valor Econômico*. Todo esse volume de informações está armazenado em cerca de 7 mil assuntos organizados em pastas. Desde 1987, artigos de jornais, especialmente os de opinião e assinados por senadores, fazem parte da base de dados de jornais da RVBI.

A partir de 2004, foi implantado o Banco de Notícias (Bnot). Trata-se de um sistema de *clipping* eletrônico de recortes de jornais, em texto completo, com mais de 170 mil documentos, que utiliza uma ferramenta de pesquisa simples e prática de captura e armazenamento de notícias publicadas na Internet. Os seguintes jornais fazem parte do Banco de Notícias: *Correio Braziliense*, *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Brasil*, *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, e *Valor Econômico*. Pela atualidade e rapidez das informações dos diários, os recortes de jornais são uma das fontes de informação mais requisitadas na Biblioteca. Desde 2007, as notícias capturadas pelo Bnot passaram a integrar a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF).

O acervo de jornais possui raridades como o *Courrier de la Conférence de La Paix* da conferência de Paz, em Haia, na Holanda, quando o Brasil foi representado por Rui Barbosa e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil.

- Atividades

O Sejour recebe diariamente sete jornais nacionais, a saber:

- ❑ *Correio Braziliense* – quatro exemplares
- ❑ *Estado de São Paulo* – quatro exemplares
- ❑ *Folha de São Paulo* – quatro exemplares
- ❑ *O Globo* – quatro exemplares
- ❑ *Valor Econômico* – quatro exemplares
- ❑ *O Dia* – quatro exemplares
- ❑ *Jornal de Brasília* – quatro exemplares

Após o recebimento dos jornais, um exemplar de cada título é disponibilizado para leitura do público externo na área de leitura da biblioteca e outro é armazenado na coleção. Com relação a este último, o seguinte processo é dispensado para cada jornal:

- ✓ A primeira página de cada jornal é marcada com o carimbo da coleção;
- ✓ Fixação da tarja magnética no jornal.
- ✓ Colagem da etiqueta com o número que será registrado no ALEPH (nos jornais que vão para coleção);

Ao Sejour compete, ainda, alimentar a base de dados bibliográficos e o Banco de Notícias - Bnot; manter o arquivo de recortes de jornais, e atender aos usuários.

É realizada a leitura técnica e indexação manual de um exemplar de cada título. O exemplar restante é utilizado se for necessário fazer o recorte caso a notícia não seja encontrada no site do *Clipping Radiobrás*.

Não é possível a utilização de agências de notícias como base de entradas de notícias tendo em vista que a mesma já seleciona as notícias enviadas.

Após a indexação manual de cada exemplar dos cinco jornais que são incluídos no Bnot atualmente (*Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, o Globo e Valor Econômico*). Posteriormente o exemplar fica disponível para inclusão no Bnot pelos profissionais responsáveis.

O ciclo de produção do processo de “recorte de jornais” é dividido em diversas equipes específicas: Seleção das notícias e identificação da Fonte/Data, recorte das notícias selecionadas, colagem das notícias em papel específico, definição do assunto dentre os já existentes ou criação de novo assunto, seleção, indexação, catalogação e entrada da referência no ALEPH, arquivamento da matéria na pasta do assunto selecionado.

Atualmente o processo descrito acima é feita apenas nas notícias que não são encontradas no site do *Clipping Radiobrás*.

Depois da catalogação do recorte em um destes assuntos específicos o mesmo é colado em uma folha, carimbado a data, a fonte, o assunto e o nome da matéria. Este documento é arquivado na pasta do referido assunto. Este arquivamento é feito por Ordem alfabética de Assunto/Tema e posteriormente por ordem cronológica da notícia.

Existem mais de 3.000.000 (três milhões) recortes de Jornais arquivados na Biblioteca do Senado.

Somente os artigos assinados por personalidades notórias ou as matérias do caderno jurídico de algumas fontes é que dão entrada no ALEPH. Dos recortes de jornais só a referência bibliográfica é que será inserida no ALEPH, não havendo, atualmente, a entrada do conteúdo do artigo.

Os artigos que dão entrada na base do ALEPH seguem a padronização

USMARC (MACHINE-Readable Cataloging - Formato digital padronizado para a descrição de itens bibliográficos, desenvolvida pela Biblioteca do Congresso norte-americano para facilitar a troca de registros bibliográficos entre diferentes sistemas) e ISO 2709.

Todos os assuntos que são inseridos no ALEPH passam por uma indexação seguindo este padrão. Cada recorte é indexado no ALEPH em pelo menos três assuntos para facilitar a recuperação. Utiliza-se o “Vocabulário Controlado Básico – Rede RVBI” para esta indexação (<http://webthes.senado.gov.br/thes/default.htm>).

Quando um usuário da biblioteca necessita de uma pesquisa específica nos “recortes de jornais” um funcionário procura a pasta referente ao assunto solicitado e entrega ao usuário para que este procure pelos recortes, um a um, até selecionar todas os recortes referentes à pesquisa solicitada.

O Sejour também atende solicitação de pesquisas em forma de *clipping* de temas específicos solicitados por assessores parlamentares. As notícias são retiradas do conteúdo de jornais disponíveis na internet, ordenadas cronologicamente e posteriormente podem ser enviadas via e-mail para o solicitante.

A Biblioteca mantém uma estatística de assuntos pesquisados que serve também como base para abertura de uma pasta específica.

5 METODOLOGIA

5.1 Tipo de pesquisa

- Exploratória e descritiva baseada em análise documental e no estudo da ferramenta para inclusão de informações jornalísticas.

5.2 Objeto da pesquisa

- Banco de Notícias (Bnot), elaborado pelo Prodasen e utilizado pelo setor de jornais (Sejor) da biblioteca do Senado Federal, para inclusão de informações jornalísticas.

5.3 Coleta de dados

- Baseada em revisão de literatura, consulta em documentos técnicos não formalizados, observação *in loco*, e consulta a profissionais envolvidos no processo de inclusão de informações jornalísticas..

6 ESTUDO DE CASO: DESCRIÇÃO E COMENTÁRIOS

6.1 DESCRIÇÃO

Partindo da necessidade de implantar um sistema de recuperação automatizado, gerando um banco de dados pesquisável em texto integral, através da Intranet do Senado Federal, o Serviço de Multimeios (Semult) desenvolveu juntamente com a Subsecretaria de Serviços Legislativos (SSDSL) do Prodasen, em fevereiro de 2003 e implantou em agosto de 2004, um projeto de recortes eletrônicos de jornais, denominado Banco de Notícias – Bnot.

O procedimento manual de leitura, seleção, recorte de jornais e o respectivo arquivamento em papel dificulta o acesso às informações contidas nos textos das notícias, além de ocupar uma grande área de armazenamento dentro da Biblioteca.

No intuito de sanar estas dificuldades, o Bnot foi desenvolvido tornando-se uma base de dados, com notícias retiradas dos jornais de maior circulação nacional disponíveis na Internet, permitindo que o usuário, que despenderia muito tempo para obter o que precisa dos recortes (ressaltando que a pesquisa é manual) possa recuperar de forma automática, rápida, simples e eficiente as notícias correntes e retrospectivas indexadas diariamente pela equipe de profissionais do Serviço de Processamento de Jornais (Sejor).

O Bnot tem por objetivo, desde sua criação:

- Minimizar o trabalho de arquivamento das informações;
- Disponibilizar acesso às informações via Intranet e por meio da Biblioteca Digital do Senado Federal;
- Aumentar o escopo de informações disponíveis;
- Criar uma base histórica de informações;
- Possibilitar a geração de personalização de pesquisa.

No período da implementação do Bnot, eram incluídos cinco jornais:

- *Gazeta mercantil;*
- *Valor Econômico;*
- *Estado de São Paulo;*
- *O Globo;*
- *Jornal do Brasil*

Desses títulos, atualmente, deixaram de ser incluídos a *Gazeta Mercantil*, pois teve a publicação interrompida, e o *Jornal do Brasil*, que teve a publicação impressa

suspensa e modificou seu formato on-line, o que não permite mais a captura das matérias.

Atualmente o Bnot possui mais de 175.000 matérias incluídas e alimenta a base com cinco jornais, pois a partir de 2009 mais dois foram acrescentados a lista de jornais incluídos no Bnot, o *Correio Braziliense* e a *Folha de S. Paulo*.

O acesso ao conteúdo eletrônico dos jornais era feito por meio de seus respectivos sites na internet. Devido à dificuldade de acesso aos sites dos jornais, o conteúdo digital passou a ser retirado do site *Clipping Radiobrás*, que é um serviço da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Desde dezembro de 2006 a entrada de autor já está sendo feita de forma invertida de nome, de acordo com as normas de catalogação.

A indexação é feita de acordo com a lista de assuntos das pastas físicas já existentes no acervo. Desde a implantação também foram incluídos mais de 1700 novos assuntos, procurando sempre uma padronização com o Vocabulário Controlado Básico (VCB).

O processamento técnico relacionado à inclusão das notícias no Bnot ocorre da seguinte forma:

- Realização da leitura técnica e da indexação manual (os termos são escritos à caneta na edição impressa do jornal) pelas bibliotecárias e estagiários de biblioteconomia;
- Inclusão das matérias, tendo como referência os jornais impressos e utilizando o conteúdo digital disponibilizado pelo site *Clipping Radiobras*.
- Caso a matéria não esteja disponível na internet, esta deve ser submetida a atividade de recorte (e de todos os procedimentos necessários) para seu posterior arquivamento na pasta do respectivo assunto.

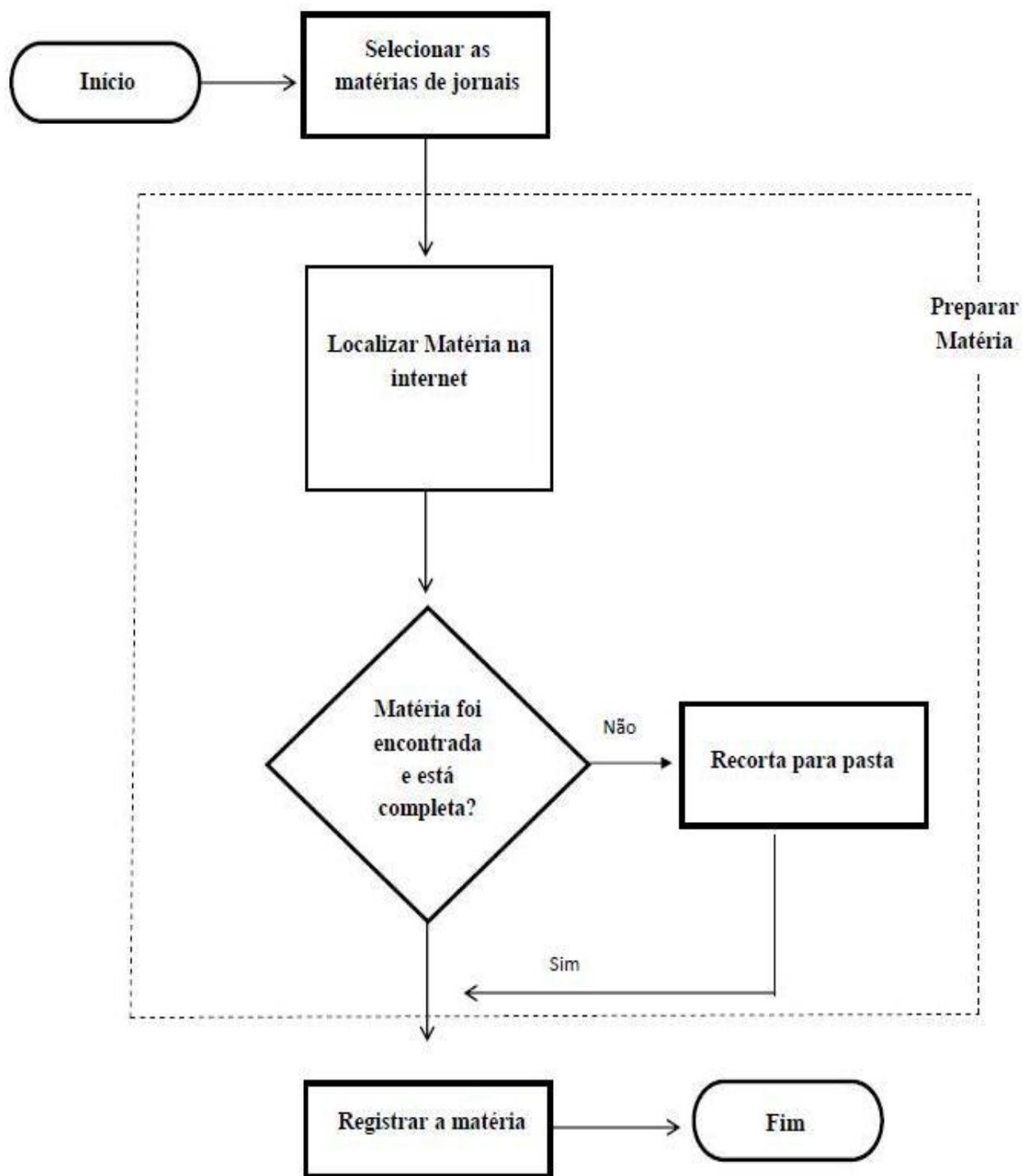


Figura 2: Fluxograma de seleção, preparação e registro de matérias.
 Fonte: documentos internos não formalizados

Para melhor compreensão do processo de inclusão de notícias no Bnot, a seguir será apresentado, com mais detalhes as ferramentas do Bnot por meio de um exemplo de inclusão.

Ferramentas do Bnot e exemplo de inclusão de uma notícia de jornal

Terminada a etapa de indexação, os jornais (físicos) ficam disponíveis para serem usados como referência na inclusão no Banco. Então os profissionais que incluem as notícias utilizam o site *Clipping Radiobrás* - neste site estão disponíveis a maior parte dos conteúdos dos cinco jornais incluídos, atualmente, no Bnot.

Abre-se o link do Bnot, por meio da intranet do Senado Federal. É exibida, então, a janela para preenchimento dos campos de usuário, senha e o perfil do utilizador. O perfil usado pelos profissionais é o de bibliotecário, pois é o que permite a utilização de todas as ferramentas do Banco.

BNOT - Banco de Notícias - Windows Internet Explorer

Senado Federal
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Sistema de Boletim de Notícias

Prodasen - 2003

Usuário: cristf

Senha :

Perfil : Atendimento

- Apoio
- Atendimento
- Bibliotecario
- BNOT - Usuario Intranet

Logar Limpar

Selecione o perfil desejado e clique em 'Logar'

Figura 3: Janela do Bnot aberta por meio do endereço da intranet: <http://intra.senado.gov.br/bnot>. Exibe os campos para *login* (usuário e senha) e de escolha de perfil de utilização.

Após o *login* é aberta uma tela com os menus: Matéria, Assunto, Fonte, Relatórios e Ferramentas. Destas opções a única necessária para a atividade de inclusão de notícias de jornais é Matéria, por meio do sub-menu Registra Matéria, que abre uma janela com campos pesquisáveis (que posteriormente poderão auxiliar na verificação de erros de inclusão), conforme a figura a seguir:

BNOT - Banco de Notícias - Windows Internet Explorer

BANCO DE NOTÍCIAS

BIBLIOTECA ACADÊMICO LUIZ VIANA FILHO

Matéria Assunto Fonte Relatórios Ferramentas


Matéria > Registro

Título	Fonte	Data Pub.	Seção/Caderno
<p>Texto da Matéria : <input type="text"/></p> <p>Título : <input type="text"/></p> <p>Período de Publicação : <input type="text"/> até <input type="text"/></p> <p>Autor : <input type="text"/></p> <p>Ponto de Vista : <input type="checkbox"/> A Favor <input type="checkbox"/> Contra <input type="checkbox"/> Todos</p> <p>Fonte: <input type="text" value="** Todas **"/></p> <p>Seção/Caderno : <input type="text" value="** Todas **"/></p> <p>Assunto : <input type="text"/></p> <p>Matéria Completa? : <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Todos</p> <p>Catalogador : <input type="text"/></p> <p>Período de Inclusão : <input type="text"/> até <input type="text"/></p> <p><input type="button" value="Novo registro"/> <input type="button" value="Pesquisar"/></p>			

Página 0 de 0 (Total de registros: 0)

Figura 4: Campos para pesquisa de registros incluídos no Banco.

Para a inclusão recomenda-se fazer a pesquisa pelo período de publicação, ou seja, pela data do jornal que será incluído e pela fonte (atualmente, *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Valor Econômico*). Após a inclusão de um registro, o resultado dessa pesquisa permitirá verificar se o registro foi incluído corretamente.

A seguir, pressiona-se o ícone  (Novo registro) que abre a tela com os campos para a catalogação das matérias de jornal, como na figura a seguir:

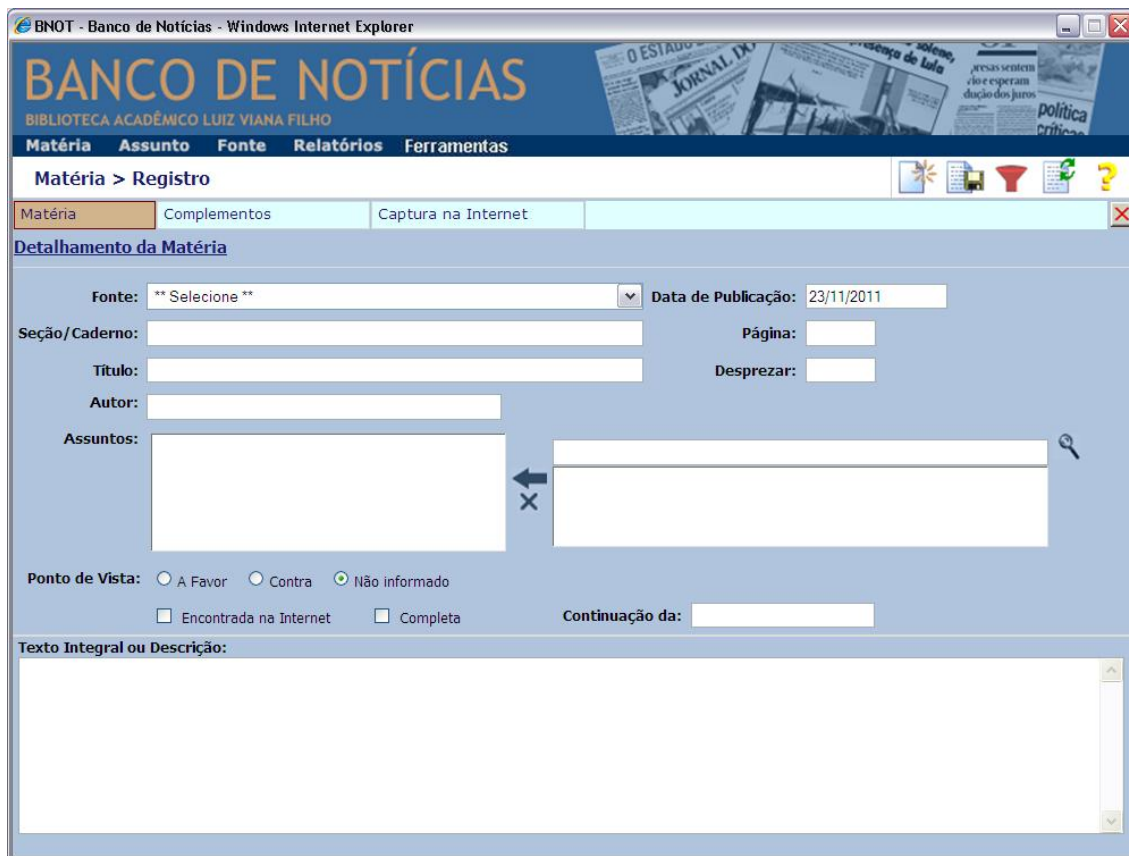


Figura 5: Layout da página de catalogação do Bnot.

Exemplo de uso dos campos para inclusão de uma notícia de jornal no Bnot

Para exemplificar uma inclusão de matéria foi utilizado o jornal *Folha de S. Paulo* do dia 06 de novembro de 2011, caderno *Poder*; Indexado sob os seguintes termos: *Rousseff, Dilma; Programa de governo; Ministro de Estado; Brasil – política e governo.*



Figura 6: Página A11 do caderno Poder do Jornal Folha de S. Paulo do dia 6 de nov. de 2011: Exemplo de termos de indexação atribuídos para posterior inclusão no Bnot.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo de 06 de nov. de 2011.

Figura 7: Exemplo de preenchimento dos campos com uma notícia da *Folha de S. Paulo*.



No campo Fonte ao pressionar o *drop-down* são abertas as opções de jornais incluídos no Banco: *Correio Braziliense, Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo e Valor Econômico*.

Em Data de Publicação a data pré-definida é a do dia, mas esta pode ser alterada para qualquer outra data válida. Neste exemplo o jornal é datado de 06/11/2011.

Seção/Caderno e Página são os campos que mostram de onde a notícia foi retirada. De acordo com a exemplificação a matéria foi tirada do caderno *Poder*, página A11.

Os campos de Título e Desprezar são utilizados, respectivamente, para o título da notícia e o número de caracteres a serem desprezados, tais como artigos. No modelo proposto o título é *Detalhista na gestão, Dilma é criticada por atrasar programas* e o número de caracteres desprezados é 0.

No campo de Autor é necessário fazer a entrada do nome do autor iniciado, geralmente, pelo último sobrenome. Se houver mais de um autor, estes deverão ser separados por ponto e vírgula (;). Exemplo: *Sobrenome, Nome; Sobrenome2, Nome2*.

Em Assuntos² existe um campo de pesquisa para os assuntos permitidos e definidos para indexação no Banco. A pesquisa pode ser feita com apenas uma das palavras do termo de indexação, ou ainda, pelo truncamento: adicionando ao fragmento da palavra pesquisada (em muitos casos os prefixos) o sinal de interrogação (?). Nesse campo também podem ser pesquisados mais de um assunto (separando-os pelo sinal de vírgula ([,])). Ao término da pesquisa de assuntos basta pressionar  para incluir no campo próprio de assuntos (para excluir um assunto da notícia, basta pressionar ). No modelo proposto, os termos de indexação foram: *Rousseff, Dilma; Programa de governo; Ministro de Estado; Brasil – política e governo.*

Quanto a marcação dos campos selecionáveis:

- O Ponto de Vista não é utilizado;
- A opção Encontrado na Internet sempre é marcada, pois as notícias sempre são extraídas de fontes publicadas na internet;
- A opção Completa é marcada quando o texto da notícia encontra-se integralmente disponível.

Para o exemplo sugerido são marcadas as seguintes opções: Não informado; Encontrada na Internet e Completa.³

O campo Texto Integral ou Descrição é onde se insere o corpo da matéria (junto com a linha fina [ou subtítulo] e o olho [Trata-se de uma frase ou um trecho do texto, que se coloca em posição destacada na página]).

² Neste campo não há limites para a quantidade de assuntos que podem ser adicionados; e as palavras pesquisadas não devem conter acentuação nem “ç”.

³ O campo numérico “Continuação da” nunca é utilizado.

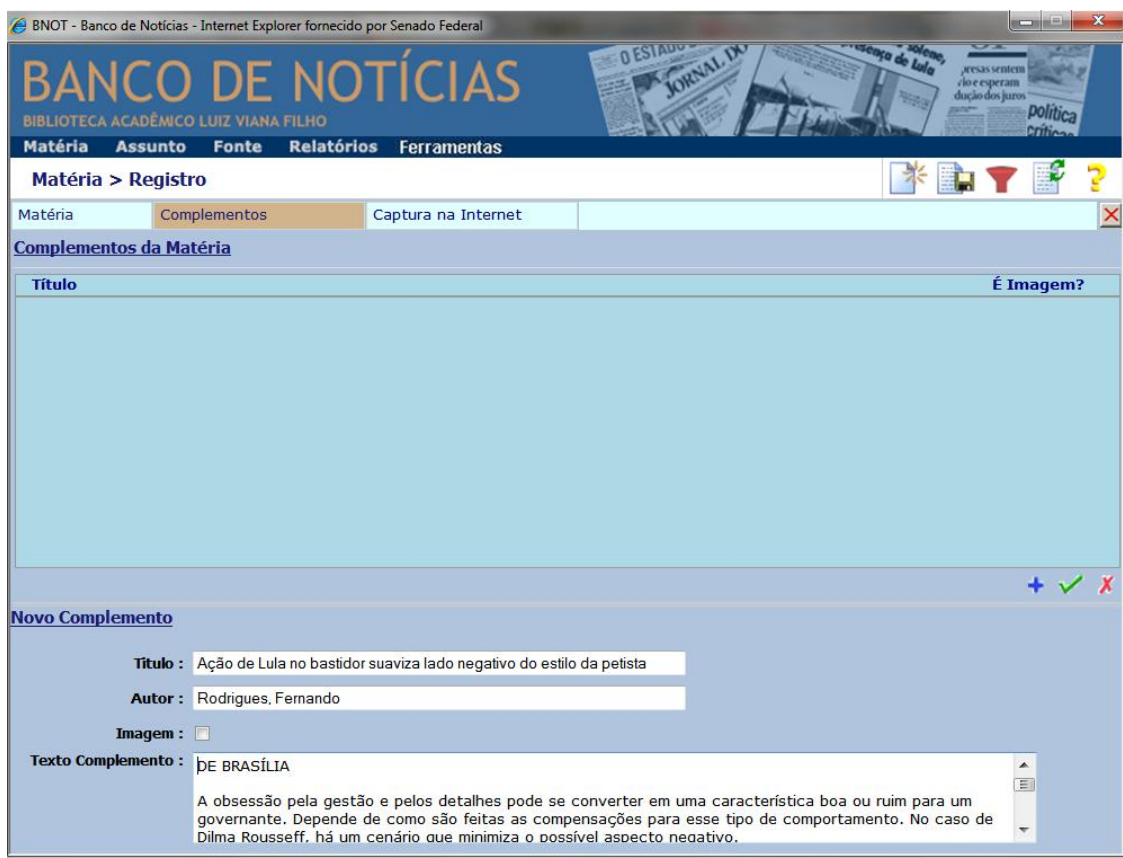





Figura 8: Exemplo de preenchimento dos campos da guia Complemento.


A guia Complemento é utilizada para inserir informações ou matérias complementares ao texto principal.

Nos campos do menu Novo Complemento podem ser inseridos o título do complemento; o Autor (que, em muito dos casos, é diferente do autoria da matéria principal); e o texto do complemento⁴, tal qual apresentado na figura anterior.

Para incluir o complemento basta pressionar o botão  (Confirma o complemento);

O botão  (Exclui um complemento) serve para excluir um complemento já incluído ;

O botão  (Limpa campos para criar novo complemento) é utilizado na limpeza dos campos para a inclusão de um novo complemento.

Para incluir a matéria, após o preenchimento dos campos e da inserção dos complementos (se houver), pressiona-se o botão  (Gravar Registro).

Após a inclusão, será apresentada a tela do resultado da pesquisa ilustrada na

⁴ O campo de Texto Complemento só se torna disponível após a desmarcação da opção imagem, que permite a anexação de um arquivo de imagem à matéria. O campo Imagem não é utilizado em decorrência de falhas e por falta de manutenção técnica.

figura 4, página 51.

Tendo feito a pesquisa dos registros incluídos pela data da publicação, pode-se conferir se os campos principais (Título, Fonte, Data Pub. e Seção/Caderno) foram corretamente preenchidos.

É necessário pressionar o botão  (Atualizar) para visualizar o novo registro incluído.⁵

O Bnot também possui outras funcionalidades que não são necessárias à atividade de inclusão, são elas:

- A guia Assunto permite a inclusão de novos assuntos ou encerramentos de termos obsoletos.
- A guia Fonte possibilita a inclusão de novos jornais à lista de títulos incluídos no campo Fonte na página de inclusão.
- A guia Relatórios gera uma lista de termos autorizados, incluídos ou encerrados no Banco.
- Por último, a guia Ferramentas oferece as opções de ajuda (que não está disponível), novo *login*, informações sobre a autoria do desenvolvimento do Bnot, e sair (fecha a janela do Banco).

COMENTÁRIOS

A grande demanda de pesquisa que o Serviço de Processamento de Jornais recebe diariamente demonstra sua importância e da informação jornalística como fonte de informação para usuários em geral, principalmente àqueles que a utilizam para o embasamento e elaboração do processo legislativo e em outras atribuições para o cumprimento de atividades no âmbito do Senado Federal.

O Bnot surgiu como um instrumento capaz de tornar a disponibilização do serviço de jornais mais eficiente e abrangente, pois diminuiu o grande volume de documentos em suporte físico que eram processados e tornou possível o acesso remoto à informação jornalística (via Intranet e, posteriormente, Biblioteca Digital).

De acordo com o estudo de caso apresentando as funcionalidades do Bnot, foi possível constatar que há uma considerável melhora no processo de consulta e recuperação de informações jornalística.

O Bnot conseguiu manter-se como uma ferramenta simples e eficiente, pois tem

⁵ Se o novo registro não aparecer no resultado da pesquisa de registro, (feita conforme sugerido anteriormente) isso pode significar que o preenchimento dos campos de Fonte e/ou de Data Pub. foram preenchidos incorretamente.

uma interface de fácil utilização para catalogação, possibilitando o manuseio por pessoas que não detém o conhecimento biblioteconômico.

As informações utilizadas na inclusão de ‘notícias’ no Banco deveriam ser retiradas do site dos respectivos jornais, ao invés do *Clipping Radiobras*, pois este site não mantém *online* o conteúdo integral do jornal impresso, ou por vezes apresenta disparidades de informações entre esse site e os jornais impressos que são usados como referência na inclusão.

Um ponto observado que gera inconsistência é a falta de uma política formalizada de indexação e inclusão. Tal fato deixa margem para o surgimento de diferentes parâmetros de avaliação, gerando um caráter subjetivo, impróprio à atividade de indexação.

Dentre os fatores limitadores relacionados à busca no Bnot destaca-se o fato do resultado da pesquisa na intranet ser somente apresentado pela ordem alfabética e não cronológica; e a busca pela biblioteca digital não retornar todos os registros incluídos dos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*.

A falta de pessoal propicia acúmulo de jornais, tanto para indexação quanto inclusão. Este fato interrompe a periodicidade e atualidade das informações incluídas. Por se tratar de informações jornalísticas, onde estas duas características são essenciais, este retardo na inclusão é um fator que pode diminuir a qualidade das informações oferecidas pelo Bnot.

Observa-se que a falta de manutenção do Bnot por parte do Prodasen, desde 2005, fez com que a ferramenta apresentasse uma série de pequenos defeitos, mas que comprometem seu bom funcionamento, e que ainda não foram corrigidas. Dentre elas podem ser citadas:

- Os campos de título e autor necessitam aumentar a quantidade limite de caracteres, pois frequentemente não é possível inserir mais de dois autores;
- A inclusão de imagens da guia de inserção de complemento atualmente apresenta problemas e por isso não é mais utilizada.
- A função de geração de relatório, atualmente produz apenas relatórios de assuntos incluídos;
- O campo “Ajuda” não foi desenvolvido. Por isso essa função não está disponível.

- O Banco carece de uma mensagem informativa sobre a data do início de abrangência das matérias no sistema, pois o usuário não tem referência cronológica para efetuar sua busca retrospectiva.

Por fim, para tornar o Banco de Notícia uma ferramenta tão utilizada quanto, por exemplo, os recortes de jornais que como exposto atende uma grade demanda por informações jornalísticas, faz-se necessário que o Bnot seja mais divulgado para que alcance maior notoriedade.

7 CONCLUSÃO

A informação jornalística tem mostrado sua relevante importância ao cumprir com êxito suas funções, seja esta histórica, noticiosa, ou como exposição de ideologias. Tornar essa informação mais acessível e dinâmica é o objetivo das hemerotecas, que são as unidades que lidam especificamente com informações periódicas.

Este estudo surgiu do interesse de apresentar as formas de organização e tratamento da informação jornalística, tais como recortes de jornais (impressos e digitais), *clippings*; e também de um banco de dados que processasse e tornasse disponíveis as informações dos importantes jornais do país.

Para demonstrar a relevância do tema foi demonstrada a importância do jornal como uma rica fonte de informação, a relação dessa mídia com o Senado Federal e a importância da biblioteca dessa instituição enquanto processadora e disseminadora de informações jornalísticas para que possam auxiliar as atividades parlamentares e correlatas. Para este intuito foi criado o Banco de Notícias (Bnot).

O estudo de caso abordado neste trabalho apresentou as ferramentas do Bnot e expôs um exemplo de inclusão de uma notícia de jornal nesta base. Por meio do estudo desse banco foi possível constatar que o Bnot cumpre o propósito de sua criação que é aprimorar o modo de lidar com as informações de jornais tratadas pelo Serviço de Jornais da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal. Esta otimização se reflete tanto no processamento quanto na busca e recuperação dessa informação, pois anteriormente as pesquisas somente podiam ser feitas *in loco* e por um usuário por vez, mas com o Banco a busca pode ser feita pela intranet do ou pelo site da biblioteca do Senado Federal.

Também foi possível identificar que o principal fator limitador do pleno funcionamento do Bnot é a falta de manutenção por parte do Prodasen desde 2005. Além desse, alguns outros fatores secundários são comprometedores do melhor aproveitamento do trabalho com o Banco, tais como a falta de formalização da política de indexação dos termos, o reduzido número de funcionários do setor de jornais, e a falta de publicidade do Bnot.

Portanto, mesmo o Bnot enfrentando algumas dificuldades, este banco ainda se destaca como uma fonte de pesquisa tanto para aqueles que possam utilizar suas informações para o cumprimento das atividades ordinárias no âmbito do Senado Federal, quanto para aqueles que as utilizam de forma específica no assessoramento dos

senadores, que têm como finalidade, por meio da atividade parlamentar, representação dos interesses dos estados da federação brasileira.

8 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vladimir Caleffi. **Imprensa e poder legislativo: uma análise das relações entre a Assembléia Legislativa gaúcha e a mídia local**. UNIrevista - n°3, Vol. 1 (julho 2006). Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_VAraujo.pdf> Acesso em 15 nov. 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Imprensa brasileira: dois séculos de história**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Jornais: breve história**. Disponível em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/Imprensa_Brasileira_dois_seculos_de_historia.pdf> Acesso em: 22 nov. 2011.

BRASIL. Constituição Federal, de 05.10.88. Atualizada com as Emendas Constitucionais Promulgadas. Consultada em 03 de Novembro de 2011.

BUONOCORE, Domingo. **Diccionario de Bibliotecologia**. 2. ed. aum. Buenos Aires: Marymar, 1976.

CHANTLER, P.; Harris, S. **Radiojornalismo**. São Paulo: Summus. 1998

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

EL PAIS. **Manual teórico de jornalismo**. Disponível em: <<http://www.elpais.com.br/elpaisnaescola/arquivos/DicasdeJornalismo.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2011.

DALMASO, Silvana C. **Fontes de informação jornalística: Natureza e implicações**. Salvador: Intercom, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/2002/comunicacoes/COMUNICACOES_DALMASO.pdf> Acesso em 20 out. de 2011.

FARIA, Maria Alice. Por que o jornal na escola? In: **Como usar o jornal na sala de aula**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FERNANDES, T.B, FERREIRA JUNIOR, J. R. C. **Hemeroteca Digital: Modelo Para Implementação no Centro do Biotecnologia da Amazônia**. Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA/Núcleo de Informação Biotecnológica-NIB. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?down=23465>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

GOULART, Alexandre. **Uma lupa sobre o jornalismo de revista**. 2006. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma-lupa-sobre-o-jornalismo-de-revista>. Acesso em: 15 nov. 2011.

JORGE, V. Lombardo. **A cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros 1985-1990**, Estudos Históricos No. 31, págs. 64-82. 2003 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2181/1320>> Acesso em:

20 nov. 2011.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul; Manual de Comunicação.** 2 ed. Trad. Rafael Varela Jr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2001. 415p.

MEDEIROS, R.; MELO, E. S. F.; NASCIMENTO, M. S. Hemeroteca digital temática: socialização da informação em cinema. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**, 15., 2008, São Paulo. Anaisdo XV SNBU 2008. São Paulo: Unicamp, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3018.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. Diálogos Latinoamericanos: **Revista da Universidade de Aarhus**, n. 3, p.43-70, 2001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200302.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

OLIVEIRA, Juliana Buse de. **Hemeroteca sobre saques e invasões: do impresso ao digital.** 2005. 67 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

PASSOS, Edilenice. O processo legislativo e a necessidade de informação. **Revista General de la Información y Documentación**, Madrid, v. 12, n. 1, p. 191-200, 2002. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/byd/11321873/articulos/RGID0202120191A.PDF>> Acesso em: 24 out. 2011.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catálogo de recursos bibliográficos pelo AACR2R 2002.** Brasília: Edição do Autor, 2004.

RODRIGUES, M. R. **Imprensa, congresso e democracia.** Dissertação. Disponível em: <http://www.rodriobarba.com/pos/teses/1997_Malena_Rehbein_Rodrigues.pdf>. Acesso em: 24 out. 2011.

SAMPAIO, Ana Martha M. A **digitalização como forma de conservação e disseminação do acervo de jornais da biblioteca monsenhor Galvão.** Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/AnaMarthaMSampaio.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2011.

SOUSA, J. P. **Elementos de jornalismo impresso.** Florianópolis, Santa Catarina, Brazil: Letras Contemporâneas, 2005.

SOUSA, J. P. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

TEIXIERA, Nísio. Jornais. In: CAMPELLO, Bernardete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.) **Introdução às fontes de informação.** Belo Horizonte : Autêntica, 2005. 181p. [Coleção Ciência da Informação]

VERSIANI, Luciana e COELHO, Marisa. **Hemeroteca digitalizada:** preservação de documentos e difusão da informação. 2000. Disponível em: <dici.ibict.br/archive/00000754/01/T099.pdf>. Acesso em 22 nov. 2011.